

CLARINDA DE AZEVEDO MAIA  
ISABEL ALMEIDA SANTOS  
(COORDS.)

**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**CONCEÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**INFOGRAFIA DA CAPA**

Mickael Silva

**PRÉ-IMPRESSÃO**

Jorge Neves

**EXECUÇÃO GRÁFICA**

[www.artipol.net](http://www.artipol.net)

**ISBN**

978-989-26-1755-8

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-1756-5

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1756-5>

**DEPÓSITO LEGAL**

469622/20

MAIA, Clarinda de Azevedo, 1939- , e outro  
Estudos de linguística histórica : mudança e  
estandardização / Clarinda de Azevedo Maia,  
Isabel Almeida Santos. - (Investigação)  
ISBN 978-989-26-1755-8 (ed. impressa)  
ISBN 978-989-26-1756-5 (ed. eletrónica)  
I – SANTOS, Isabel Almeida, 1963-  
CDU 81-112

# ESTUDOS DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA

MUDANÇA E ESTANDARDIZAÇÃO

IMPrensa DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

## ÍNDICE

<b>Apresentação</b> .....	9
CLARINDA DE AZEVEDO MAIA	

### SECÇÃO I

<b>La sintaxis histórica de las palabras gramaticales. Un reto teórico para el cambio lingüístico</b> .....	19
CONCEPCIÓN COMPANY COMPANY	

<b>Síntese dos achados do <i>Projeto para a História do Português Brasileiro</i></b>	53
ATALIBA T. DE CASTILHO	

<b>Protótipos e subjetificação na mudança semântica lexical e construcional</b>	89
AUGUSTO SOARES DA SILVA	

<b>Gramaticalização, distância, imediatez e tradições discursivas: o caso do português <i>caso</i></b> .....	119
JOHANNES KABATEK/DAVID GERARDS	

### SECÇÃO II

<b>Pragmática histórica e construção histórica do discurso: análise de alguns aspetos do funcionamento textual-discursivo do Português medieval</b> .....	165
CLARA BARROS	

**Para a história de algumas perífrases verbais no discurso metalinguístico português: de *estar, andar e ficar* + ‘gerúndio’ a *estar, andar e ficar* + ‘infinitivo’ preposicionado** ..... 201  
MARIA HELENA PESSOA SANTOS

**Tipologia e âmbito dos cultismos no padrão linguístico quinhentista** ..... 251  
MARIA HELENA PAIVA

**Codificação e intervenção do homem sobre a língua: com que autoridade?** 275  
ISABEL ALMEIDA SANTOS

### SECÇÃO III

**Mudança, estandardização e o significado social da ênclise pronominal no Português do Brasil** ..... 303  
MARILZA DE OLIVEIRA

**Critérios descritivos e prescritivos na colocação dos pronomes pessoais átonos na gramaticografia da língua portuguesa durante o século XIX** ..... 329  
ROGELIO PONCE DE LEÓN ROMEO

**Tratamento do participio passado duplo em textos normativos dos séculos XVIII e XIX** ..... 353  
CARLA SOFIA SILVA FERREIRA

**Varição, mudança, estandardização linguística e ensino do português: faces de um paradoxo** ..... 377  
AMÉRICO VENÂNCIO LOPES MACHADO FILHO

**Apontamentos lexicais sobre o “Livro das Propriedades” ou Tombo da Mitra Arquiepiscopal de Braga: designações de terras e outros aspetos das propriedades** ..... 393  
ANABELA LEAL DE BARROS

**Diacronia no nível do texto: uma discussão a partir da análise dos mecanismos de articulação tópica na história da carta do leitor na imprensa do Rio Grande do Norte-Brasil** ..... 429  
CLEMILTON LOPES PINHEIRO

**Particularidades linguísticas numa aldeia do interior norte de Portugal: o léxico do meio rural** ..... 451  
ALEXANDRA MARIA FERNANDES BALTAZAR

**Alternativa de interpretação do grafema como indício de elevação de vogais médias pretônicas no português brasileiro sul-rio-grandense do século XIX** ..... 475  
ROBERTO FRANCISCO NASI

**Ensino de língua portuguesa em contexto de variação linguística: o caso da interferência de dialetos italianos na fala em português em Santa Catarina-Brasil** ..... 513  
MARIZETE BORTOLANZA SPESSATTO

**O elemento lexical *sobre-* e o seu processo de herança, variação e mudança lexical em Português** ..... 539  
SUSANA MARGARIDA NUNES

- TAYLOR, John R. (1995): *Linguistic Categorization. Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (1989): "On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in: semantic change", *Language*, 65, 31-55.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (1995): "Subjectification in grammaticalisation". In Dieter Stein/Susan Wright (eds.), *Subjectivity and Subjectivisation. Linguistic Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 31-54.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (1999): "The role of pragmatics in semantic change". In J. Verschueren (ed.), *Pragmatics in 1998: Selected Papers from the 6<sup>th</sup> International Pragmatics Conference*, vol. II. Antwerp: International Pragmatics Association, 93-102.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (2003): "From subjectification to intersubjectification". In Raymond Hickey (ed.), *Motives for Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 124-139.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (2008): "Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English". In Regine Eckardt/Gerhard Jäger/Tonjes Veenstra (eds.), *Variation, Selection, Development: Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 219-250.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. (2010): "(Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment". In Kristin Davidse/Lieven Vandelandotte/Hubert Cuyckens (eds.), *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 29-73.
- TRAUGOTT, Elizabeth C./Bernd Heine (eds.) (1991): *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins.
- TRAUGOTT, Elizabeth C./Richard B. Dasher (2002): *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TRAUGOTT, Elizabeth C./Graeme Trousdale (2013): *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press.
- WINTERS, Margaret E./Heli Tissari/Kathryn Allan (eds.) (2010): *Historical Cognitive Linguistics*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1953): *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell.

JOHANNES KABATEK  
 Universidade de Zurique  
 kabatek@rom.uzh.ch  
 ORCID: 0000-0001-8743-6250

DAVID GERARDS  
 Universidade de Zurique  
 david.gerards@access.uzh.ch  
 ORCID: 0000-0003-2380-2631

**GRAMATICALIZAÇÃO, DISTÂNCIA,  
 IMEDIATEZ E TRADIÇÕES DISCURSIVAS:  
 O CASO DO PORTUGUÊS *CASO*\***

**GRAMMATICALIZATION, DISTANCE,  
 IMMEDIACY AND DISCOURSE TRADITIONS.  
 THE CASE OF PORTUGUESE *CASO***

**RESUMO:** O presente estudo investiga a emergência e evolução do português *caso* (< Lat. CASUS) em contextos condicionais. Como em casos semelhantes em outras línguas europeias, as construções condicionais envolvendo *caso* emergiram na língua medieval em textos jurídicos. Este estudo analisa as primeiras referências de tais construções e mostra como permitiram uma evolução de *caso* em português para uma conjunção condicional. Esta evolução pode ser inicialmente identificada no português do Brasil, a partir do qual é possível que se tenha espalhado para a variedade europeia. Outras evoluções são também consideradas, como a emergência do nome *acaso* 'coincidência' ou 'destino' e a partícula modal *acaso* (em português e em espanhol). O objectivo teórico deste estudo é mostrar a interrelação entre *gramaticalização* e *tradições discursivas* no sentido de Koch (1987, 1997): as inovações emergem em ambientes textuais determinados, não apenas na língua como entidade abstrata, e podem espalhar-se da sua tradição textual original para outras.

\* Este texto resulta da adaptação e tradução para português de um trabalho originalmente apresentado em inglês: "Grammaticalization, distance, immediacy and discourse traditions: The case of Portuguese *caso*", in: Salvador Pons Bordería/Oscar Loureda Lamas (eds.) (2018), *Beyond Grammaticalization and Discourse Markers. New Studies in Language Change*. Leiden/Boston: Brill, 115-159.

Assim, a principal hipótese deste estudo é então que a ampliação do âmbito das tradições discursivas de um elemento deveria ser considerada um parâmetro geral em processos de gramaticalização.

**Palavras-chave:** gramaticalização, tradições discursivas, mudança a partir de cima, história do português, inovação do português do Brasil

**ABSTRACT:** This paper investigates the emergence and evolution of Portuguese *caso* (< Lat. CASUS) in conditional contexts. As in similar cases in other European languages, conditional constructions involving *caso* emerged in medieval language in juridical texts. The paper examines the first attestations of such constructions and shows how they allow the further evolution of *caso* in Portuguese into a conditional conjunction. This evolution can be initially identified in Brazilian Portuguese from where it possibly spread to the European variety. Other evolutions such as the emergence of a noun *acaso* 'coincidence' or 'fate' and a modal particle *acaso* (in both Portuguese and Spanish) are also considered. The theoretical aim of the paper is to show the interrelation between *grammaticalization* and *discourse traditions* in the sense of Koch (1987, 1997): innovations emerge in particular textual environments, not only in the language as an abstract entity, and they may spread from their original textual tradition to others. The main claim of the paper is thus that the widening of the scope of discourse traditions of an item should be considered as a general parameter of grammaticalization processes.

**Keywords:** Grammaticalization, discourse traditions, change from above, history of Portuguese, Brazilian Portuguese innovation

## 1. Introdução

1.1. Este estudo visa juntar dois paradigmas linguísticos centrais, ambos com impacto em perspectivas históricas bem como em perspectivas sincrônicas, nomeadamente *gramaticalização* e *tradições discursivas* (TD, ver Koch 1987, 1997) ao longo do *continuum* entre *distância comunicativa* e *imediatez comunicativa* (Koch/Oesterreicher, 1985) através de exemplos das línguas românicas em geral bem como do português europeu e do Brasil.

Os estudos de gramaticalização têm-se focado largamente na evolução do estatuto de certos elementos (palavras, construções) ao longo da história de uma determinada língua. Nesse sentido, concentram-se normalmente na evolução diacrónica, concetualizando diacronia como uma linha abstrata determinada pelo fator *tempo*:

$$(1) \quad x1 > x2 > x3$$

tempo  $\longrightarrow$

Aqui, *x1* é uma palavra (ou construção) que se torna item gramatical, *x2*, ou um item ainda mais gramatical, *x3*. Esta visão é muitas vezes acompanhada, numa perspetiva mais onomasiológica, por olhares paralelos para elementos alternativos com funções similares e com evoluções paralelas, mas deslocadas no tempo:

$$(2) \quad \begin{array}{ccc} x1 > & x2 > & x3 \\ & y1 > & y2 \end{array}$$

tempo  $\longrightarrow$

Podíamos considerar a evolução da construção latina *amare habeo* para o futuro românico (Fr. *j'aimerai*, Port. *amarei*, Sp. *amaré*) como exemplo de *x*; *y* seria então o futuro perifrástico com um verbo de movimento (Fr. *je vais aimer*, Port. *vou amar*, Sp. *voy a amar*). Curiosamente, os estudos de gramaticalização contêm muitas vezes observações do género “*x* está a tornar-se um elemento mais formal ao passo que *y* é mais comum na língua falada”. Trata-se também de uma observação típica relativamente ao futuro perifrástico – menos gramaticalizado e associado a estilos mais informais. É muito natural que muitos trabalhos sobre gramaticalização contenham observações sobre registos/estilos ou outras características textuais. Habitualmente, no entanto, fazem-no de uma forma bastante geral e não sistemática. O objetivo do nosso contributo é mostrar que esta negligência é problemática, uma vez que só nos dá um retrato incompleto e demasiado simplificado da história das línguas individuais. A diferenciação interna das línguas, i.e., as suas variedades, o *continuum* da *distância* e *imediatez comunicativa*, bem como as *tradições discursivas* (TD), são *parâmetros essenciais* associados à gramaticalização e mudança linguística em geral. Em seguida ofereceremos uma breve apresentação destas duas noções e ilustraremos a sua relação.

1.2. De acordo com Koch e Oesterreicher (1985), a variação linguística é determinada por um *continuum* básico e universal entre dois pólos designados por *imediatez* e *distância*. Os autores definem esta oposição através de uma série de estratégias e condições comunicativas (e.g., privado-público; intimamente relacionado-desconhecido; emocional-sem emoção; com refe-

rência à ação e situação concretas—sem tal referência; fisicamente próximo—fisicamente distante; dialógico—monológico; espontâneo—planeado, etc.; cf. Koch/Oesterreicher 1985). Imediatez e distância estão relacionadas – em culturas com língua escrita – com o falar e o escrever, embora não haja uma relação causal, nem sequer absoluta, entre as duas. Contudo, é possível observar que existem tendências de associação preferida. Koch e Oesterreicher, com referência a Söll (1974), explicam que, enquanto a distinção entre o meio fônico e gráfico é uma dicotomia bem visível, a sua relação com imediatez e distância é estatística: é mais provável encontrar textos escritos mais próximos do pólo da distância e textos falados mais próximos do pólo da imediatez do que vice-versa. Isto é esquematizado da seguinte forma:

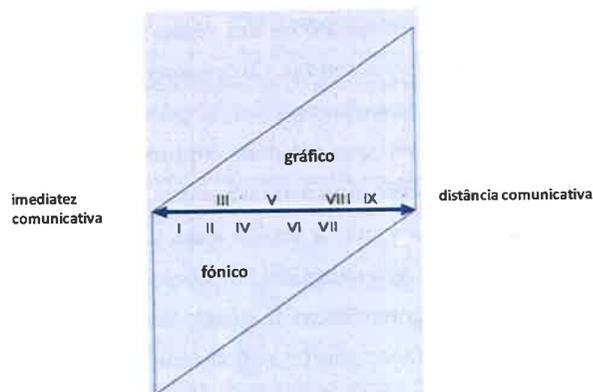


Figura 1 – Imediatez e distância, de acordo com Koch e Oesterreicher (2010: 13)

Em cada um dos pontos do *continuum*, podem emergir tradições mais ou menos estáveis da fala e da escrita numa determinada cultura: as chamadas *tradições discursivas* (TD)<sup>1</sup>. Estas TD são assinaladas com números roma-

<sup>1</sup> O conceito de *tradições discursivas* foi introduzido por Koch (1987) com referência ao trabalho anterior de Schlieben-Lange (1983) e Koch e Oesterreicher (1985). A ideia básica é a de que, na teoria da linguagem de Eugenio Coseriu, na qual se considera crucial a distinção tripartida entre um nível *universal*, *histórico* e *individual* em todas as questões concretas da análise linguística (cf. Coseriu, 1985), se deveria introduzir no nível histórico uma outra diferenciação entre historicidade *da língua* como sistema e historicidade *dos textos* (i.e., a repetição de enunciados concretos, formas textuais, gêneros, etc.). Nas últimas décadas, inúmeras publicações na área da linguística românica incidiram sobre o estudo de tradições discursivas e este tornou-se um dos paradigmas mais frequentemente aplicados neste campo.

nos na Figura 1, em que I é, por exemplo, uma conversa informal, III uma carta pessoal, VII uma apresentação oral formal e IX um texto jurídico escrito (Koch/Oesterreicher, 2010: 12). As TD têm a sua própria história no seio da diacronia de uma língua. De modo a visualizar-se esta perspetiva histórica, propusemos a rotação do esquema da Figura 1 e a sua modificação com a introdução de um eixo temporal esquerda-para-direita, que representa as TD como linhas horizontais com uma dinâmica própria entre estabilidade e mudança e com uma (possível) influência mútua:

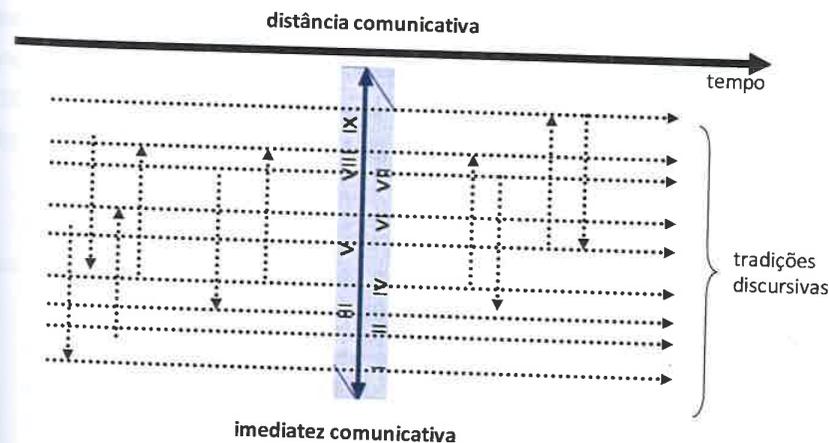


Figura 2 – Tradições discursivas em diacronia entre imediatez e distância (cf. Kabatek, 2012: 92)

As ideias que subjazem a este estudo são as seguintes: a diacronia de uma língua pode ser mais diferenciada e nem todos os elementos linguísticos aparecem (ou pelo menos não com a mesma frequência) em todas as TD. Isto também implica que as inovações possam emergir numa determinada TD situada num determinado ponto ao longo do *continuum* da distância comunicativa e imediatez. A partir daí, estas inovações podem (mas não necessariamente precisam de) difundir-se abrangendo outras TD, como ilustrado na Figura 2 pelas setas verticais (ver também Koch, 2008, para ulteriores reflexões sobre o interrelacionamento de TD e gramaticalização). Defendemos que esta difusão acontecerá primeiro nas TD situadas num ponto do *continuum* distância–imediatez similar ao ponto da TD de inovação. Só numa fase

posterior é que a inovação “conquista” TD caracterizadas por um parâmetro [±imediato/distante] diferente. Presumimos que um caminho similar possa também aplicar-se à perda de elementos gramaticais: se o ponto inicial da perda é uma determinada TD, é muito provável que outras TD nas quais um elemento desaparece mostrem, ao início, uma marca similar de [± imediato/distante], ao passo que o elemento é preservado durante mais tempo em TD marcadas de outra forma.

É comumente aceite que o fenómeno da gramaticalização sempre emerge “a partir de baixo” (Labov, 1994: 78) – ou seja, em TD marcadas [+imediato] – e que estão associadas à expressividade, etc. (Mair, 1992; Koch/Oesterreicher, 1996). No entanto, em princípio, qualquer TD pode ser o locus da inovação, e há exemplos claros de emergência “a partir de cima”, ou seja, em – TD marcadas como [+distante]. Em Kabatek (2005<sup>2</sup>), esta dupla possibilidade foi visualizada da seguinte forma:

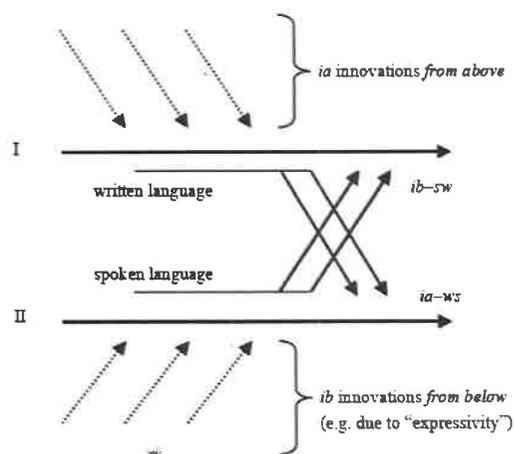


Figura 3 – Alterações “a partir de cima” e “a partir de baixo” (cf. Kabatek, 2005<sup>2</sup>: 3<sup>2</sup>)

No que diz respeito às alterações “a partir de cima” e considerando a Figura 3 e a relação entre mudança gramatical e tradições discursivas, Pons

<sup>2</sup> Nota do editor: os autores apresentam na Fig. 3 a tradução inglesa do esquema originalmente apresentado em alemão (Kabatek, 2005<sup>2</sup>: 3).

Bordería (2008), por exemplo, mostrou como ID EST, um elemento do latim formal escrito, se tornou um marcador discursivo em espanhol (*esto es*). Vários estudos na área da linguística românica têm discutido questões em que a gramaticalização e as tradições discursivas interagem (e.g., Octavio de Toledo, 2014; Winter-Froemel, 2014). No entanto, a maioria dos estudos sobre gramaticalização refere-se apenas muito vagamente a registos, estilos e (in)formalidade. Isto deve-se, provavelmente, à grande dificuldade de determinar a(s) exata(s) TD(s) que deram origem a um elemento gramatical. Não obstante, é precisamente esta a intenção do presente estudo. Iremos discutir um determinado caso de gramaticalização “a partir de cima” – o do Lat. CASUS ‘caso’ e a sua evolução em português – e mostrar como o seu caminho de gramaticalização só pode ser plenamente compreendido quando se tem em conta as TD e, por consequência, o *continuum* da distância comunicativa e imediatez.

1.3. Em português moderno, encontram-se comumente construções como as seguintes:

(3) *Fumaça já não consegue mexer-se. Está de pé porque o moreno o segura por um dos braços. Dito sabe que vão matá-lo, caso não fale.*

(José Pixote Louzeiro, *Infância dos Mortos*, 1977; fonte: *Corpus do Português*)<sup>3</sup>

Em (3), um exemplo do português do Brasil, a forma *caso* aparece num contexto condicional e pode ser substituída pela conjunção condicional tradicional *se* (<Lat. SI). Em português, *caso* é originalmente um nome (e continua a ser nome noutros contextos) que se gramaticalizou em conjunção condicional através de processos históricos. O nosso objetivo empírico é traçar a evolução de diferentes construções condicionais que contêm *caso* na história do português. Iremos mostrar como tais construções emergem – tal como noutras línguas europeias como o espanhol, o francês ou o inglês – no contexto de TD jurídicas ou outros textos marcados como [+ distante]. Para além disso, iremos investigar como essas construções passam por uma série de

<sup>3</sup> Doravante o *Corpus do Português (CdP)* de Mark Davies e Michael Ferreira ([www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org)) será a principal, embora não exclusiva, fonte dos nossos dados.

alterações no caso do português que, entre outras coisas, as faz perder a sua conotação formal, permitindo com isso que se tornem parte da comunicação oral quotidiana.

Este estudo está organizado da seguinte forma: a Secção 2 é dedicada às origens das construções condicionais contendo *caso* em fases mais antigas do português com observações adicionais sobre uma série de outras línguas. A Secção 3 aborda a evolução de *caso* para conjunção condicional em português. Na Secção 4, acrescentamos algumas reflexões sobre a forma *acaso* em português e espanhol, que adquiriu o estatuto de partícula modalizante na língua contemporânea. Na Secção 5, retomamos a discussão teórica. A nossa hipótese geral é que os dois paradigmas mencionados – gramaticalização, por um lado, e *distância-imediatez* e TD, por outro – deveriam ser integrados numa perspetiva mais completa da evolução da língua. Para além disso, não há apenas uma coexistência paralela mas uma íntima relação entre os dois paradigmas.

## 2. Construções condicionais com *caso*: Fases mais antigas do português e mais além

### 2.1. Observações preliminares

Em línguas europeias contemporâneas, construções condicionais contendo formas etimologicamente relacionadas com o Lat. CASUS ‘caso’ (ou traduções por empréstimo como o alemão *Fall*) são bastante comuns em certos contextos formais e formulaicos, como no exemplo seguinte de uma bem conhecida instrução de segurança em aeronaves:

(4a) (Port.) Em *caso de despressurização da cabine, máscaras cairão automaticamente à sua frente.*  
(<http://espadadeogum.blogs.sapo.pt/em-caso-de-despressurizacao-4309934> [01/22/2018])

(4b) (Esp.) *En caso de una despresurización de la cabina, se abrirán los compartimentos encima de sus asientos, que contienen las máscaras de oxígeno*

(<http://www.diariozafata.com/2011/09/08/de-procedimientos-de-emergencia-la-despresurizacion-las-mascarillas-y-los-ninos/> [01/22/2018])

(4c) (Ingl.) *I'm sure you've heard the sage advice from flight attendants a hundred times: in case of a loss in cabin pressure, put your own breathing mask on first, then put...* (Don Everts, *Go and Do: become a Missional Christian*, Google Books)<sup>4</sup>

(4d) (Al.) *Im Fall eines Druckverlustes fallen automatisch Sauerstoffmasken aus der Kabinendecke.*

“Em caso de despressurização da cabine, as máscaras de oxigénio cairão automaticamente à sua frente.”

(Hans Peter Hepe, *Der soziale Körper*, 84, Google Books)

Em qualquer uma das (4a)–(4d), a palavra *caso* (*case*, *Fall*) aparece em construções preposicionais que são largamente convencionalizadas, mas que conservam a semântica de *caso* como nome. Em alemão (4d), o determinante é necessariamente preservado (*in+dem*→*im*), ao passo que em português, espanhol e inglês a omissão do artigo é opcional; ou seja, é possível substituir *no caso* / *en el caso* / *in the case* por *em caso* / *en caso* / *in case*<sup>5</sup>. A semântica da palavra CASUS (uma nominalização do participio passado do verbo latino CADERE ‘cair’) e seus sucessores favorece especificamente a geração de tais construções: é uma palavra muito abstrata, e o seu significado em inglês, de acordo com o *OED*, é ‘[a] thing that befalls or happens to anyone; an event, an occurrence; a chance happening’<sup>6</sup>. Os significados nas outras línguas são

<sup>4</sup> Gostaríamos de agradecer a Lachlan Mackenzie por indicar que *in case* (*of*) [em caso (de)] poderá não ser a melhor escolha idiomática na construção (4c) e que, pelo menos para alguns falantes, dever-se-ia optar por *in the event of* [na circunstância de]. Tanto quanto podemos afirmar, falantes de inglês de diferentes regiões do mundo mostram diferir na prontidão com que aceitam *case* em vez de *event* (ver, e.g., a argumentação de que as duas construções são realmente sinónimas: <https://www.dailywritingtips.com/in-case-of-e-in-the-event-of/> [01/22/2017]).

<sup>5</sup> A opcionalidade de um determinante é típica de locuções preposicionais (cf. e.g., Himmelmann, 1997: 3; Lyons, 1999: 51; para espanhol antigo, ver também Codita, 2017).

<sup>6</sup> A menção do empréstimo do termo francês *chance* < Lat. CADENTIA, nominalização da forma do plural neutro do participio presente do verbo em latim CADERE – e assim etimologicamente também relacionado com CASUS e seus sucessores – certamente que não é uma coincidência (cf. *Oxford English Dictionary*, s.v. *case*, n.<sup>1</sup>, <http://www.oed.com/view/Entry/28393?rskey=lkTO2o&result=1#eid> [23.04.2017]).

similares: *caso* é uma “palavra internacional” e as respetivas construções são facilmente transferíveis para diferentes línguas onde existem formas direta ou indiretamente baseadas em CASUS.

*Caso* pode referir-se a eventos concretos, passados ou futuros, e a construção preposicional abre um espaço no tempo no qual o evento pode ocorrer. Construções com *in case of* funcionam como construções condicionais e podem ser substituídas por *if*, onde ‘caso’ é a prótase e a consequência, a apódose:

(5) *If cabin pressure falls below a certain threshold, the masks will deploy from the ceiling.*

(<http://www.telegraph.co.uk/travel/travel-truths/truth-about-oxygen-masks-on-planes/> [01/22/2018])

A construção preposicional com *caso* e um nominal subsequente possui, no entanto, um caráter mais formal, e ocorre em contextos administrativos ou em prosa jurídica e científica, ou seja, em textos de distância comunicativa. Isto pode estar relacionado com a origem de CASUS: o latinismo foi adotado por línguas europeias medievais sobretudo em contextos jurídicos nos quais originalmente denota um caso judicial.

Tabela 1 – *Caso(s)* dos séculos XIII e XIV no *CdP* de acordo com o texto

Século	Total N <i>caso/casos</i>	Textos
XIII	5	– Trad. de <i>Summa de los Nueve Tiempos de los Pleitos</i> (3) – <i>Textos Notariais. História do galego-português</i> (1) – <i>Foros de Garvão</i> (1)
XIV	84	– Trad. de <i>Siete Partidas</i> (58) – <i>Costumes de Santarem</i> (2) – <i>Chartularium Universitatis Portugalensis</i> (7) – <i>Crónica Geral de Espanha de 1344</i> (5) – <i>Documentos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra</i> (9) – <i>Textos Notariais. Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI</i> (3)

Quanto ao português antigo, tal preferência textual é corroborada pelo inventário exaustivo de ocorrências dos séculos XIII e XIV de *caso(s)* no *Corpus do Português*, não apenas em construções preposicionais mas em qualquer ambiente morfossintático. Na Tabela 1, visualizamos o número destas ocorrências e os textos nos quais estas são referidas.

É deveras surpreendente que, à exceção de cinco ocorrências em *Crónica Geral de Espanha*, todas as outras se encontrem claramente em textos jurídicos ou pelo menos em trechos de teor jurídico (i.e., TD jurídicas)<sup>7</sup>. Em todas as ocorrências, *caso(s)* é usado com o significado lexical supra mencionado. O papel especial de textos jurídicos sugerido pelos dados apresentados na Tabela 1, defendemos, poderá ser encontrado na relação entre casos judiciais e condicionalidade. Basta olhar para as diferentes tradições de textos jurídicos na Península Ibérica para nos apercebermos desta relação: por um lado, existe um sistema casuístico consuetudinário de *fazanbas* ou *notícias*, casos concretos que em determinadas ocasiões são registados e servem de pontos de orientação para eventos similares no futuro. Por outro lado, existe uma tradição mais abstrata, linguisticamente mais distante, dos *foros* ou *forays*, que, em muitos casos, consiste em listas de frases condicionais em que o caso já não é concreto, mas sim hipotético. Por último, desde o início do Resurgimento do Direito Romano (a partir do século XII), emerge uma terceira tradição com textos ainda mais distantes e abstratos (ver Kabatek, 2005<sup>a</sup>, para detalhes).

<sup>7</sup> Poderíamos aqui iniciar um debate referente à questão problemática da representatividade dos *corpora* diacrónicos. Este assunto, no entanto, extrapola o escopo deste trabalho, e referenciamos o leitor para uma discussão mais detalhada sobre o assunto em Kabatek (2013). Relativamente ao nosso ponto sobre o(s) *caso(s)* no português antigo, é certamente verdade que o *CdP* contém um número desproporcionalmente elevado de textos jurídicos, especialmente da Idade Média. Porém, do nosso ponto de vista, a hipótese enquanto tal – ou seja, a forte ligação entre *caso(s)* e textos de distância comunicativa – continua sendo válida. Se não houvesse essa preferência textual, teríamos dificuldade em explicar a completa ausência de *caso(s)* em, por exemplo, *Cantigas de Santa Maria*, *Cartas Portuguesas de D. João de Portel*, ou *Barlaam e Josephat* – todos eles textos extensos ou coletâneas contendo mais de 10.000 palavras.

Nas seguintes duas subsecções, preocupar-nos-emos com a diacronia de construções condicionais portuguesas contendo *caso*. Neste momento, limitaremos as nossas observações e análises a fases mais antigas do português (anteriores ao século XIX). A Secção 2.2 centra-se em desenvolvimentos formais, ao passo que a 2.3 foca-se na atribuição destas construções a certas TD e na sua ancoragem no *continuum* da distância comunicativa e imediatez.

## 2.2. Construções condicionais com *caso*: alterações formais até ao século XVIII

Como se referiu anteriormente, a Tabela 1 não distingue as ocorrências de *caso* em português dos séculos XIII e XIV em (futuras) construções preposicionais altamente rotinizadas e outros contextos menos fixos. No que se segue, concentrar-nos-emos nas alterações formais em construções preposicionais com interpretações condicionais. Abordaremos especificamente essas construções seguidas da conjunção *que* (i.e., não seguidas da preposição *de* como em (4a)). Esta decisão deve-se ao facto de a primeira se estar presumivelmente a convencionalizar cada vez mais, tendo dado origem a uma peculiaridade gramatical do português moderno: a disponibilidade de uma conjunção condicional *caso*, que será discutida mais aprofundadamente na Secção 3.

A Tabela 2, que ilustra o período até ao século XVIII, mostra a frequência de duas construções preposicionais condicionais em vários séculos e também lista a frequência de duas construções alternativas sem preposições. Para comparação, são também dadas frequências de outras ocorrências nominais<sup>8</sup>:

<sup>8</sup> A Tabela 2 não inclui 15 ocorrências de *per / por caso* (quatro no século XV; sete, século XVI; uma, século XVII; três, século XIX), 63 ocorrências de *a caso* (10, século XVI; 42, século XVII; 11, século XVIII), ou duas ocorrências de *se caso* (séculos XV e XVII); ver também Secção 4. Há duas outras construções adicionais também excluídas: 34 ocorrências de *por / per caso de* (31, século XVI; duas, século XVII; uma, século XVIII) e duas ocorrências de *por caso que* 'por causa do que' (século XVI).

Tabela 2 – Séculos XIII-XVIII: *caso* no *CdP* de acordo com a construção<sup>9</sup>

Século	Outros N (Sg.)	<i>em caso<sub>N</sub> que +</i>			<i>no caso<sub>N</sub> que +</i>				<i>caso, que +</i>	<i>caso<sub>Conj</sub>+</i>
		Subj.	Ind.	<i>de +</i> Inf.	Subj.	Ind.	Cond.	<i>de +</i> Inf.	Subj.	Subj.
XIII	2									
XIV	54	8								
XV	397	27	5		1	2			1	
XVI	1328	18	4		5	1		1	9	
XVII	820	43	3	1	22	1		2	2	
XVIII	642	6		2	16	1	1	9	3	1

Como se sugere na Tabela 2, de acordo com o *CdP*, a primeira construção preposicional a aparecer é *em caso que*, no século XIV. No início, é necessariamente seguida pelo modo conjuntivo (6), ao passo que a partir do século XV também ocorre com orações complementares no modo indicativo. No entanto, esta última nem sempre apresenta sentidos condicionais. No exemplo (7), em particular, parece ser adequada uma interpretação concessiva ou adversativa.<sup>10</sup>

(6) *Outorgou que em caso que os dictos logares ou cada hũu deles forem vendidos, que lhe cõponha ẽ nome de uiço en dobre.*  
(Documentos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, século XIV)

<sup>9</sup> Em prol da clareza, nem a Tabela 2 nem nenhuma das tabelas seguintes distinguem diferentes construções relativizantes, i.e., na Tabela 2, *no caso que* contém quatro certificações de *no caso em que* (uma do século XVII e três do século XVIII) e uma certificação de *no caso com que* (século XVII). Além disso, têm sido omitidos os pares de certificações idênticas para garantir uma quantificação exata.

<sup>10</sup> Há casos em que uma construção preposicional seguida de um indicativo presta-se realmente a uma interpretação condicional. Estão esporadicamente certificadas até final do século XVIII. Acreditamos que estas certificações se devam ao facto de, em *em / no caso que*, o nome *caso* possa referir-se a uma exemplificação simples, concreta de um "caso" de *dado* discurso (e.g., via referência anafórica). Nestes casos, *caso* não teve implicações condicionais no sentido de um 'caso hipotético', daí o uso do modo indicativo. O facto de um tal padrão com o indicativo estar disponível poderá ter causado, devido à identidade formal da construção preposicional, a extensão esporádica do modo indicativo a contextos verdadeiramente hipotéticos. No que resta deste artigo, não tornaremos a mencionar as certificações do modo indicativo. Todas as percentagens e quantificações dadas referir-se-ão apenas a dados com construções conjuntivas.

(7) Soomente saiba-se que **em caso que nas mortes dos Reys e Principes se fazem sempre synaaes de grandes sentimentos, na deste glorioso Rey, assy em prantos e lagrimas, como Na tristeza Das vestiduras de todos se fez por muitos com muita spicialidade de dôr.**  
(Crónica de D. Duarte, Rui de Pina, final do século XV)

No século XV, começa a fazer-se notar uma segunda construção preposicional, *em caso que*. De acordo com a observação a respeito dos exemplos portugueses, espanhóis e ingleses (4a), (4b) e (4c), os dados sugerem que passou então a ser possível usar o artigo definido com *caso* em contextos preposicionais (8). Observa-se uma oscilação entre as duas construções mesmo nos escritos do mesmo autor.

(8) *E per semelhante guisa nom se contem em a paga do retorno do dicto dote e arras alguüs panos nem cousas que ella tenha de moueës saluo ouro ou prata e djnbeiros como dicto he ante. Ella os aia e posuya como suas cousas proprias no caso em que o dicto gomez freire moyra primeiro.*  
(Chancelarias Portuguesas. Dom Duarte 1-2, século XV)

A posterior ocorrência da construção com o artigo definido, quando comparada com *em caso que*, poderá parecer pouco lógica ao início, visto poder esperar-se que a crescente rotinização e gramaticalização da construção preposicional vá de mãos dadas com uma redução formal (cf. e.g., Lehmann, 2015). Porém, o caminho *em caso que* > *no caso que* não constitui surpresa se considerarmos o facto bem conhecido de que na gramaticalização de sistemas de artigos é, entre outros contextos, precisamente em orações preposicionais que o uso do artigo manifesta-se tarde (ver também nota de rodapé 5).

No século XV, *no caso que* é claramente a opção marcada comparada com o indeterminado *em caso que*, e assim se mantém até ao século XVII. No entanto, a variante com o artigo definido ganha continuamente mais terreno: enquanto no século XV, apenas 4% dos contextos preposicionais seguidos de conjuntivo contêm o artigo definido, as proporções são consideravelmente maiores nos séculos XVI e XVII (22% e 34%, respetivamente). Por último, no século XVIII, *no caso que* supera o mais antigo *em caso que*, aparecendo

quase três vezes mais frequentemente nos nossos dados do que este último<sup>11</sup>. Quanto à proporção de *em caso de* + infinito *vs* *no caso de* + infinito, a variante com o artigo definido parece ter sido sempre mais frequente do que o seu equivalente indefinido. As duas construções são desenvolvimentos posteriores às respetivas versões com *que* e podem ser observadas ainda hoje. (cf. Tabelas 5 e 6).

O século XV é interessante não apenas devido à primeira ocorrência do concorrente preposicional *no caso que*, mas igualmente por causa da manifestação de uma segunda alternativa formal ao mais antigo *em caso que*. Como se ilustra no seguinte exemplo condicional (9), *caso que* + conjuntivo<sup>12</sup>, uma variante formalmente reduzida de *em caso que*<sup>13</sup>, também fica disponível:

(9) [...] & **caso que hy sse aconteçesse de matar alguüi pode tornar honde leyxou na missa & acabala pois nom pecou**  
(Sacramental, 1488?)

*Caso que* é uma opção marcada, quantitativamente inferior a *em caso que* e *no caso que* – sendo a única exceção o século XVI, onde pelo menos é mais frequente do que *no caso que*, apesar de nem sempre revelar um significado condicional claro (ver adiante (14) e (15)).

<sup>11</sup> Para a gramaticalização do artigo definido em português e em românico, ver Kabatek (2002).

<sup>12</sup> É difícil avaliar o estatuto categórico de *caso em caso que*, razão pela qual está marcado com <?> na Tabela 2. Por um lado, o não ser precedido por um determinante não permite uma análise nominal. Por outro, existe uma fórmula concessiva formalmente relacionada, *caso negado que*, esporadicamente certificada nos séculos XVII e XVIII, na qual poder-se-ia argumentar que *negado* é um adjetivo modificador (nominal) de *caso* ou parte de um elemento/construção fixa.

<sup>13</sup> É possível que *em caso que* não seja o único antecessor do condicional *caso que*: quer no século XIV, quer no século XV, os nossos dados contêm 1 ocorrência de *posto caso que* (documentada também nos séculos XVI, XVII e XVIII); no século XV encontramos 6 ocorrências de *sendo /avendo caso que* (documentadas também no século XVII e XVIII). Além disso, no século XV, documentámos três ocorrências de *se for /era /é caso que* (documentadas também nos séculos XVI e XVII). Todas estas construções têm significados condicionais, e a evolução de *X caso que* > *caso que* afigura-se igualmente plausível como *em caso que* > *caso que*. Outra possível fonte é o condicional *dado caso que*, que é, no entanto, documentado pela primeira vez no século XVI (e sobrevive até ao XIX). O caminho da gramaticalização adiante sugerido na Figura 4 é por isso potencialmente uma espécie de simplificação. Em prol da clareza, todas as construções comentadas neste parágrafo foram incluídas na categoria *Outros N* na Tabela 2.

Dada a cronologia sugerida pelos dados, é provável que *caso que* + conjuntivo e *no caso que* se tenham desenvolvido mais ou menos simultaneamente a partir da preposição indefinida *em caso que*. Dito isto, os dois desenvolvimentos, no entanto, parecem ser independentes um do outro no sentido em que o primeiro, *caso que*, é uma redução formal, como se espera em casos de gramaticalização, ao passo que *no caso que* na verdade reforça a substantivização de *caso*<sup>14</sup>. O uso de *caso que* diminui a partir do século XVII, e as três ocorrências no século XVIII são os últimos casos documentados nos nossos dados. Esta perda fica provavelmente a dever-se à gênese da conjunção condicional *caso*, que ocorre pela primeira vez (ver a primeira coluna à direita na Tabela 2) numa carta de Alexandre de Gusmão do século XVIII.

Os desenvolvimentos formais até ao século XVIII, como revelam os dados da Tabela 2, podem resumir-se da seguinte forma:

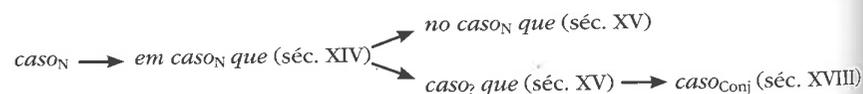


Figura 4 – Evolução de construções condicionais com *caso* no Cdp (século XIII – XVIII)

<sup>14</sup> Fundamenta-se no facto de que há ocorrências esporádicas nas quais *caso* em *no caso que* é pluralizado (e.g., *para que as normas [...] sejam sancionadas como leis nacionais nos casos que se requeira sanção parlamentar* «para que as normas passem a ser legislação nacional em [os] casos em que se exige aprovação parlamentar»). Agradecemos a Sanderléia Longhin por nos chamar a atenção para este ponto. Além disso, há ocorrências de *no caso que* nas quais *caso* é modificado por um adjetivo com concordância em género e número (e.g., *no caso suposto que*, *no caso mesmo que*). As inovações simultâneas *no caso que* e *caso que* providenciam interessantes provas empíricas sobre o funcionamento de contextos de ligação (aqui: *em caso que*). *Caso* em *em caso que* é, até certo ponto, um nome problemático. É indeterminado, e o artigo definido português continua a gramaticalizar-se. As duas evoluções *no caso que* e *caso que* representam duas soluções distintas para este problema: *No caso que* reforça o estatuto nominal de *caso*, ao passo que o *caso que* formalmente reduzido explora o estatuto problemático de *caso* em *em caso que* em direcção a um enfraquecimento da sua substantivização, “preparando” assim a reanálise ocorrida no curso da gramaticalização de uma conjunção condicional *caso* (ver Secção 3). O que é fundamental é que, na maior parte dos casos de gramaticalização, só um dos dois caminhos é percorrido – a construção de fonte “problemática” é um precursor do caminho em direcção a um item (mais) gramatical. Há raros reflexos formais inovadores dos dois possíveis caminhos, como *no caso que* vs *caso que*.

Com a Figura 4 em mente, abordaremos agora a questão de como *em/ no caso que* e *caso que* se situam no *continuum* imediatez–distância e de como determinadas TD podem ser identificadas como o seu locus primário de “rotinização”.

### 2.3. Construções condicionais com *caso* até ao século XVIII: Tradições discursivas entre distância comunicativa e imediatez

Para começar, a Tabela 3 (*infra*), uma versão simplificada da Tabela 2, reproduz a quantificação de todas as ocorrências do século XIV–XVIII de *em caso que*, *no caso que*, *caso que* e da conjunção *caso*. O tipo de construção *em/ no caso de* + infinito, bem como a categoria *Outros N*, foram omitidas, e as nossas observações só incluem variantes com *que*:

Tabela 3 – Séculos XIV–XVIII: *caso* no Cdp em locuções condicionais e como conjunção condicional

Século	<i>em caso<sub>N</sub> que</i> +		<i>no caso<sub>N</sub> que</i> +			<i>caso<sub>?</sub> que</i> +	<i>caso<sub>Conj</sub></i> +
	Subj.	Ind.	Subj.	Ind.	Cond.	Subj.	Subj.
XIII							
XIV	8						
XV	27	5	1	2		1	
XVI	18	4	5	1		9	
XVII	43	3	22	1		2	
XVIII	6		16	1	1	3	1

Como se vê na Tabela 1, todas as 89 ocorrências de *caso(s)* nos séculos XIII e XIV, independentemente de serem construções condicionais ou não, provêm de textos altamente formais, que, desta forma, situam-se em proximidade do pólo da distância comunicativa. Além disso, a Tabela 1 constitui uma prova relativamente forte da propensão para a utilização de *caso(s)* em TD jurídicas. Uma vez que o conjunto de dados de *caso(s)* ilustrado na Tabela 1 também continha todos os oito casos do século XIV *em caso que*, é escusado dizer-se

que a anterior afirmação também se aplica às primeiras ocorrências de *em caso que*: das oito ocorrências do século XIV na Tabela 3, cinco provêm claramente de texto jurídicos (*Documentos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* (3), *Textos Notariais. Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI* (1), *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1), cf. exemplo (6)). As restantes três ocorrências de *em caso que*, que não são claramente jurídicas na sua natureza, vêm de um texto: a tradução portuguesa de *Crónica Geral de Espanha* (1344)<sup>15</sup>. A ocorrência seguinte (10), que novamente oscila entre uma interpretação condicional e concessiva, exemplifica esse uso não jurídico:

(10) ...*ca bem cuidava elle que tam poderoso rey como era el rey dom Fernando que non viria a tal logar como era Cordova sen muyta companha. E, en caso que muyta nõ fosse, que seria boa.*  
(*Crónica Geral de Espanha*, 1344)

Fundamentalmente, a propensão para contextos jurídicos para *em caso que* continua presente no século XV (18/27 na Tabela 3; 67%), e mantém-se tão forte como no século XIV. De qualquer forma, *em caso que* continua a ser uma construção que pertence ao domínio da distância comunicativa, como se pode ver na enumeração seguinte, que lista todos os textos do século XV onde *em caso que* está presente:

- *Cortes Portuguesas* (1498) (7)
- *Chancelarias Portuguesas. Dom Duarte 1-2* (7)
- *Foraes* (1)
- *Crónica de D. Duarte* (3)
- *Cronica de Dom Fernando* (2)
- *Estoria de Dom Nuno Alvares Pereyra* (2)
- *Os primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Á. Cabral* (1)
- *Tratado de confissom* (1)
- *Vida e feitos de Júlio Cesar* (1)

<sup>15</sup> Mais uma vez, 63% (5/8) pode aparentar ser uma proporção demasiado baixa para afirmar a origem da construção preposicional em TD jurídicas. Trata-se, à primeira vista, de uma objeção razoável, mas veja-se nota de rodapé 7 para discussão futura.

- *Orto do Esposo* (1)
- *Leal Conselheiro* (1)

O único exemplo do século XV *no caso que* + conjuntivo (ver exemplo (8)) vem de *Chancelarias Portuguesas* e assim também aparece num contexto jurídico<sup>16</sup>. O mesmo acontece com a primeira ocorrência de *caso que* (ver exemplo (9)), que faz referência a um caso judicial apesar de o texto em si não ser jurídico mas um tratado litúrgico.

As tendências observadas nas ocorrências do século XV continuam, até certo ponto, a ser visíveis nos séculos XVI, XVII e XVIII: quer para o mais antigo, *em caso que*, quer para o mais recente, *no caso que*, continua claramente a haver exemplos jurídicos – muito mais, no entanto, nos séculos XVI e XVII ((11) & (12)). De uma forma geral, no entanto, a proporção de exemplos jurídicos das duas variantes é inferior à dos séculos XIV e XV, e exemplos como (13) passam a ser muito mais frequentes. Porém, ambas as construções preposicionais condicionais ainda parecem evocar (ou ser indicativas de) um grau relativamente elevado de distância comunicativa, apesar de também haver quase mais ocorrências relacionadas com imediatez provenientes do *Cancioneiro de Resende*:

(11) *E outrossi mando que todas as alldeas terras e propriedades que estiuerem vagas por aforar e as que ao diante vagarem ou se adquirirem por guerra ou por qualquer outro titulo, em caso que se aforem, não valbão os tais aforamentos (...) sem primeiro terem confirmação minha.*

(*O Tombo de Diu*, 1591-1597)

(12) *E no caso em que o comprador perder o gado que comprar a noueado por cõprar a pessoas que lhe não sejam nomeadas pela certidão que das camaras bá de leuar, as taes pessoas que assi lhe venderem, perderão o preço que valer o gado.*  
(*Leis extravagantes*, 1569)

<sup>16</sup> Para uma forte e similar ancoragem das TD não jurídicas do paralelo *nel caso che* em italiano antigo, ver Colella (2010: 174).

(13) *Também instará, no caso que ache esta nomeação dificultosa, que se meta sobre o trono algum Terceiro...*

(*Cartas de José da Cunha Brochado*, 1698)

Curiosamente, as tendências observadas nos séculos XVI, XVII e XVIII para o condicional *em caso que* e *no caso que* não se observam com o mesmo grau para o não preposicional e formalmente reduzido *caso que*. Já no século XVI, só uma das nove ocorrências de *caso que* + conjuntivo vem de um contexto jurídico claramente (condicional), ao passo que não se pode argumentar que as restantes oito certificações pertençam a TD jurídicas e, em muitos casos, têm ligeiras implicações temporais (14) ou condicionais ((15), desenvolvida mais à frente):

(14) *E caso que buscassem sombras, ribeyras graciosas, valles amenos, altos álmos, sombrios freyxos, suaves cantos de aves, o soidoso tom Dos quebrados das agoas, O rugido dos ventos, que zunião nas concavidades das altas rochas: tudo isto fazião, não somente pera seu gosto, mas tambem (...)*

(*Imagem da Vida Cristã*, século XVI)

Igualmente notável é o facto de *caso que* do século XVI sem preposição se afigurar uma escolha melhor do que *em caso que* ou *no caso que* em contextos localizados pelo menos um pouco mais próximos da imediatez comunicativa. Isto é corroborado, entre outros exemplos, pelo facto de duas em nove ocorrências surgirem no *Cancioneiro de Resende* (15) e outras 3 nos *Diálogos de Amador Arrais*, conversas relativamente simples com um homem doente que recebe a visita de vários amigos. Embora muitos dos visitantes tenham profissões altamente respeitáveis – que, poder-se-ia argumentar, provocassem um registo mais distante e formal – exemplos claramente condicionais como (16) são casos de um tipo de oralidade construída:

(15) *Toda cousa da payxam a quem dela se rreça & caso que se nam crea la o sente o coraçam.*

(*Cancioneiro de Resende*, 1516)

(16) *Com rogos se ha de procurar a equidade, & misericordia dos Principes: & caso que não baste sendo o agravo manifesto, remetamolo a Deos...*

(*Diálogos*, Amador Arrais, 1589)

Com base nos dados do *CdP*, uma tal afirmação a favor de uma maior adequação de *caso que* a contextos de imediatez comunicativa não pode ser considerada tão perentoriamente para os séculos XVII e XVIII. No entanto, as cinco ocorrências dos séculos XVII e XVIII pelo menos não parecem contradizer muito a nossa hipótese, como se evidencia nos textos nos quais *caso que* está presente (XVII: *Crónica da Companhia de Jesus* (1), *Cartas do Padre António Vieira* (1); XVIII: *Cartas do Abade António da Costa* (2), *Cartas de Alexandre de Gusmão* (1)). Um exemplo de uma atestação do século XVII é apresentada a seguir:

(17) *Outros levavam esta impossibilidade pela dos mares; que tinham por imensos, e impossíveis de navegar para chegar a ela, caso que tal terra houvesse.*

(*Crónica da Companhia de Jesus*, 1663)

Dado que o mais provável era *caso que* ser o antecessor direto da conjunção condicional *caso*, a hipótese de uma ligação entre o formalmente reduzido *caso que* e a imediatez comunicativa, a ser verdade, encaixar-se-ia bem na história da conjunção futura (ver Secção 3).

A Tabela 4 (*infra*) dá-nos um possível resumo da ancoragem de diferentes construções condicionais e da categoria *Outros N* no *continuum* distância-imediatez e do seu grau de pertença a TD jurídicas.

Avançaremos agora para a discussão da génese da conjunção condicional *caso*, que representa um passo em frente no *continuum* da gramaticalização e também, tanto quanto sabemos, separa o português de qualquer outra variedade românica.

### 3. Mais além: o português dos séculos XIX e XX

Na Secção 2, mostrou-se como o nome português *caso* < Lat. CASUS passou a ser usado em duas construções preposicionais com significado condicional

**Tabela 4** – Séculos XIII-XVIII: *caso* no CdP de acordo com construção, ± distância e ± TD jurídicas

	Século	± Distância	± TD jurídicas
Outros N (Sg. e Pl.)	XIII	+++	+++ (5/5)
	XIV	+++	+++ (73/76)
	XV	(Devido ao imenso volume de dados, não se analisou o posterior <i>OutrosN</i> nas certificações de <i>caso</i> )	
	XVI		
	XVII		
	XVIII		
<i>em caso<sub>N</sub> que + ...</i> (só conjuntivo)	XIII		
	XIV	+++	++ (5/8)
	XV	+++	++ (18/27)
	XVI	++	+ (4/18)
	XVII	++	+ (10/43)
	XVIII	++	neutro (0/6)
<i>no caso<sub>N</sub> que + ...</i> (só conjuntivo)	XIII		
	XIV		
	XV	+++	+++ (1/1)
	XVI	++	++ (2/5)
	XVII	++	neutro (1/22)
	XVIII	++	neutro (1/16)
<i>caso<sub>2</sub> que + ...</i>	XIII		
	XIV		
	XV	++	+++ (1/1)
	XVI	+	neutro (1/9)
	XVII	+ / ++	neutro (0/2)
	XVIII	+ / ++	neutro (0/3)

e como estas construções (*em caso que*, *no caso que*) se tornaram um meio rotinizado para codificar condições. Como dissemos, isto parece ter acontecido primeiro sobretudo em TD jurídicas, a partir das quais as construções se transferiram para contextos de distância comunicativa em geral. Além disso, apresentámos provas que nos mostraram como *em caso que* ficou mais redu-

zido a *caso que*, que, fundamentalmente, revelou ser uma escolha mais acertada em contextos de imediatez comunicativa do que *em caso que*. *Caso que* perdeu-se no século XVIII. Muito provavelmente, como sugerimos de forma resumida, isto prende-se com o facto de o complementarizador *que* passar a ser omitido com regularidade, dando origem a um uso altamente significativo de *caso*, ilustrado no seguinte exemplo:

(18) ... *que o não haver água(caso assim fosse) nada contenderia a imunidade da Igreja.*

(*Cartas de Alexandre de Gusmão*, 1735)

Fundamentalmente, em (18) o item *caso* passou por uma reanálise e a gramaticalização avançou mais: enquanto *caso* em *em caso que* e *no caso que* ainda preserva muitas características típicas de nome (cf. Secção 2), *caso* em (18) só pode ser analisado como conjunção condicional com o significado de 'se'. Nesse sentido, é reconhecido por um número considerável de gramáticos do português europeu moderno e do Brasil (cf. e.g., Dunn, 1928; Cunha/Cintra, 1984; Mira Mateus *et al.*, 2003; Bechara, 2009; Bagno, 2012; Lobo, 2013). Segundo sabemos, no entanto, não há estudos sobre a sua diacronia, e nenhum dos gramáticos agora citados dedica mais de uma ou duas frases a *caso* como conjunção condicional. Isto compreende-se à luz do facto de que a conjunção condicional mais usada em português, assim como em outras variedades românicas<sup>17</sup>, é o *se*, sucessor do latim *SI(C)*<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Com a notável exceção do daco-romeno *dacă* 'se' < Lat. DE + QUOD, do megleno-romeno (*ûcu* 'se' < do macedónio *ako se*, juntamente com o - aparentemente menos frequente - derivado do latim *si* (Atanasov, 2002: 277), e do arromeno *ma(că)* 'se' < grego *μή/albanês ma* 'mas' (+ *că* < Lat. QUOD) (Pascu, 1925, vol. 1: 59, 212). Uma conjunção condicional arromena alternativa é *âma* < grego *ὅμως* 'assim que' < turco *amma* 'mas' (Papahagi, 1974: 141; para as formas cognatas em servo-croata, búlgaro, albanês e daco-romeno com o significado de 'mas' cf. Pascu, 1925, vol. 2: 10 e s., que rejeita a influência turca). Além disso, o arromeno mostra possuir também formas latinas de *si* mais antigas, que, no entanto, parecem só ter sido preservadas em padrões colocacionais fixos do tipo *seastică, sfurică* < Lat. SI + forma conjugada de ESSE 'ser' + QUOD (Pascu, 1925, vol. 1: 102). As conjunções condicionais do megleno-romeno e do arromeno são mais uma prova da afirmação de que facilmente se emprestam conjunções em situações de contato linguístico (Matras, 2009: 157). Mas curiosamente, o istro-romeno - uma variedade moribunda do romeno em intenso contato com o croata - não usa o elemento emprestado mas a forma latina *se* (Kovačec, 1971: 193 e s.).

<sup>18</sup> É bastante comum que estudos sobre a diacronia de construções condicionais em

Atendendo à falta de investigação a respeito da conjunção *caso*, a presente Secção aborda a sua diacronia em português europeu e do Brasil (3.2) e, em paralelo com a Secção 2, o seu lugar no *continuum* distância–mediatez (3.3). Esta segunda abordagem será feita tendo sempre em consideração as sugestões a respeito do seu antecessor *caso que* e realça como *caso*, muito diferente de *em caso que* e *no caso que*, lenta mas inexoravelmente traça o seu caminho pelos domínios da mediatez comunicativa. O objetivo geral da Secção 3 é assim, pelo menos parcialmente, colmatar as (muitas) lacunas na descrição da história da língua portuguesa e corroborar a forma como decorre o processo de gramaticalização “a partir de cima”. A nossa análise será precedida de algumas breves observações tipológicas (3.1).

### 3.1. Breve tipologia das conjunções condicionais e o caso do português moderno *caso*

A notável renovação do paradigma da conjunção condicional em português exige uma breve digressão tipológica a respeito das fontes lexicais das conjunções condicionais. Num importante estudo, Traugott (1985: 290 e ss.) defende a existência de uma série de fontes bem certificadas a partir das quais as conjunções condicionais se podem desenvolver. Nelas se incluem: 1) palavras com origem temporal, significando ‘durante um tempo’, 2) formas que no seu significado original expressam uma modalidade epistémica ou optativa, 3) construções copulativas, e 4) complementos interrogativos de verbos como *saber*. Para além disso, Traugott lista uma quinta via, que inclui elementos a significar *grossa modo* ‘dado que, visto que’. Esta última via é precisamente o tipo de fonte do latim *sī*, e assim, indiretamente, também das formas românicas de *si*: o românico *si/se* desenvolveu-se a partir da conjunção latina *sī(c)*<sup>19</sup>. É interessante notar como o latim *sī(c)* se gramaticalizou

romeno estejam limitadas a uma perspectiva semasiológica que apenas considera a evolução das construções com *si* (cf. e.g., para o espanhol, Cano, 2014: 3909).

<sup>19</sup> Usualmente, a etimologia das formas *si* do românico é o latim *sī*, – ou seja, sem a adição da partícula C(E). No entanto, isto parece ser uma espécie de simplificação pois, em determinada altura, parece ter havido uma sobreposição do *sī* e do *sīc* em latim (cf. Ernout/

a partir de um advérbio formalmente idêntico com o significado de ‘assim, então, nesse caso’.<sup>20</sup>

Do nosso ponto de vista, o caminho da conjunção condicional portuguesa *caso* está muito próximo do das formas românicas *si*. Realmente, o nome *caso* significa ‘caso’, e um caso é algo que, pelo seu significado lexical, é muito provável que seja “conhecido ou dado” (para usar a formulação de Traugott). Se se aceitar a existência de uma tal ligação cognitiva entre advérbios como *sī(c)* “assim” e *caso*, o português moderno desenvolveu então uma nova conjunção condicional ao reutilizar um caminho já comprovado na sua história<sup>21</sup>. Proce- deu assim por passos intermédios que incluem a construção preposicional *em caso que*, mais tarde reduzida a *caso que*. Este caminho análogo aqui proposto é ilustrado no seguinte esquema, uma versão adaptada da Figura 4:

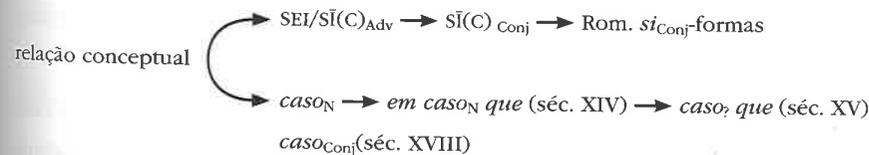


Figura 5 – Caminhos da gramaticalização e interrelação de construções condicionais com *caso* e *se*

Meillet, 1959: 622–623, que sugerem esta ideia ao dizerem que «*Sī* est le même mot que *sīc*, e mais tarde: «entre *sī* et *sīc* il y a eu une répartition»; ver também de Vaan, 2008: 561).

<sup>20</sup> Em latim antigo o advérbio *sī(c)* ‘assim’, ‘então’, ‘neste caso’ era *SEI*. O mais antigo significado adverbial é conservado nas formas reforçadas do românico moderno do tipo Port. *assim*, Gal./Sp. *así*, Cat. *així*, Fr. *ainsi*, Ital. *così*, Rom. *aşa*, etc., cuja gênese está talvez relacionada com a sobreposição funcional das formas adverbiais e condicionais *si*. Estas formas estão, em certa medida, ainda documentadas em antigo românico; ver Kabatek (2005<sup>a</sup>: 152–154).

<sup>21</sup> Enquanto o português *caso* é uma ocorrência singular no domínio das línguas românicas, há outras línguas nas quais a mesma fonte lexical está certificada (e.g., alemão *falls* ‘se’ < *Fall* ‘caso’ + mais tarde acrescentado o genitivo adverbial *-s*. *Falls* emerge no século XVII através de um caminho muito similar ao sugerido neste contributo para o *caso* português (cf. Kluge, 2002: 274 e também especialmente *SHW*, vol. 2: 342 para ocorrências dialectais da etapa *falls dass*, formalmente paralelo ao Port. *caso que*).

### 3.2. A conjunção condicional *caso* nas variedades do português dos séculos XIX e XX

Para contextualizar a análise diacrónica da conjunção *caso*, a Tabela 5 (*infra*) fornece uma primeira visão quantitativa das várias construções preposicionais, de *caso que* e da conjunção *caso*, nos séculos XIX e XX<sup>22</sup>:

Tabela 5 – *Caso* nos séculos XIX e XX no *CdP* de acordo com a construção

Século	Outros N (Sg.)	<i>em caso<sub>N</sub> que +</i>			<i>no caso<sub>N</sub> que+</i>				<i>caso<sub>?</sub> que +</i>	<i>caso<sub>Conj</sub>+</i>		
		Subj.	Ind.	<i>de + Inf.</i>	Subj.	Ind.	Cond.	<i>de + Inf.</i>	Subj.	Subj. Pres./ Pret. Impf.	Subj. Fut.	Adv.
XIX	876			1	19			23		28		
XX	1451			2	1	1		28		181	2	1

Os dados visualizados na Tabela 5 sugerem que o preposicional *em caso que*, já raro no século XVIII, parece desaparecer completamente no século XIX. A mesma observação é válida para o formalmente reduzido *caso que*, muito provavelmente o antecessor da conjunção condicional *caso* (cf. também a nota de rodapé 13)<sup>23</sup>. Assim, de uma forma geral, os dados do *CdP* sugerem que *caso* como conjunção substituiu muito rapidamente os seus antecessores formais, indiretos (*em caso que*) ou diretos (*caso que*). Provavelmente, *no caso que*, ainda bastante frequente no século XIX, também contribuiu para a perda de *em caso que*, porque se desenvolveu a partir de *em caso que* (cf. Figura 4), reforçando o carácter nominal de *caso*. Porém, quando a conjunção

<sup>22</sup> Ao passo que os dados para os séculos XIII-XVIII visualizados nas várias Tabelas (*supra*) apresentam uma quantificação exaustiva de todas as ocorrências no *CdP*, os dados para os séculos XIX e XX são um exemplo consistindo em cada quarta (XIX), sexta (XX PE) e sétima (XX PB) ocorrências produzidas pela pergunta <caso>. Visto que a Tabela 5 (*infra*) foi feita para dar apenas uma primeira panorâmica geral, não diferencia PE e PB – uma distinção no *CdP* serve apenas para o século XX. Os dados para o século XX serão analisados mais cuidadosamente adiante.

<sup>23</sup> Uma única ocorrência de *caso* como conjunção já tinha sido descoberta no século XVIII (cf. (19)), o que pode considerar-se um bom argumento a favor da hipótese que a perda de *caso que* já havia começado no século XVIII antes de ficar completa no século XIX.

*caso* se torna frequente, o uso de *no caso que* diminui e parece tornar-se marginal no século XX (cf. também Hundertmark-Santos Martins, 2014: 325). Das diferentes variantes condicionais aqui investigadas, a conjunção *caso* torna-se de longe a opção mais frequente, pelo menos quando o verbo seguinte é conjugado. A situação para *em caso de + infinito* e *no caso de + infinito*, é, no entanto, diferente. *Em caso de + infinito* é observada ainda hoje, embora esporadicamente, enquanto o uso de *no caso de + infinito* parece ser ainda frequente.

Apesar de não conseguirmos determinar de forma conclusiva por que razão a conjunção *caso* emergiu, o facto de ser um desenvolvimento muito recente dos séculos XVIII/XIX significa que, graças à existência de um grande volume de dados disponível, somos pelo menos capazes de delinear meticolosamente a sua diacronia. É este o objetivo dos parágrafos seguintes, nos quais a visão geral diacrónica apresentada até aqui será complementada substancialmente através da separação dos dados do português europeu (PE) dos do português do Brasil (PB). Visto que o *CdP* não separa PB e PE para o século XIX, a Tabela 6 dá apenas um valor refinado dos dados do século XX:

Tabela 6 – Ocorrências de *caso* no século XX no *CdP* de acordo com a construção: PE vs PB

Século	Outros N (Sg.)	<i>em caso<sub>N</sub> que +</i>			<i>no caso<sub>N</sub> que+</i>				<i>caso<sub>?</sub> que +</i>	<i>caso<sub>Conj</sub>+</i>		
		Conj.	Ind.	<i>de + Inf.</i>	Conj.	Ind.	Cond.	<i>de + Inf.</i>	Conj.	Pres. Conj./ Pret. Impf.	Fut. Conj.	Adv.
PE	658			2	1			16		58		
PB	793			2		1		12		123	2	1

Com toda a evidência, a Tabela 6 mostra que no nosso conjunto de dados para o século XX, a conjunção *caso* é cerca de duas vezes mais frequente em PB do que em PE<sup>24</sup>. No entanto, isto ainda não revela nada sobre as precisas

<sup>24</sup> Note-se que o *CdP* mostra proporções quase idênticas de dados em termos de símbolos para o PB e PE do século XX, respetivamente, implicando a improbabilidade de as

circunstâncias geográficas em que a conjunção surgiu. Atendendo às frequências assimétricas entre PB e PE nos dados do século XX, consideramos que vale a pena observar com mais atenção a origem das 29 ocorrências dos séculos XVIII e XIX nos nossos dados – um período para o qual, como referido anteriormente, o *CdP* não distingue variedades diatópicas. A lista seguinte apresenta os nomes e locais de nascimento de todos os autores dos séculos XVIII e XIX nos quais está comprovado o uso da conjunção *caso*. O número de ocorrências aparece entre parêntesis.

- Alexandre de Gusmão (\*Santos/Brasil 1695) (1)
- Aluísio Azevedo (\*São Paulo/Brasil 1857) (7)
- Joaquim Norberto de Souza Silva (\*Rio de Janeiro/Brasil 1820) (2)
- Bernardo Guimarães (\*Ouro Preto/Brasil 1825) (5)
- Franklin Távora (\*Baturité/Brasil 1842) (1)
- José de Alencar (\*Messejana/Brasil 1829) (3)
- Euclides da Cunha (\*Cantagalo/Brasil 1866) (1)
- Joaquim Maria Machado de Assis (\*Rio de Janeiro/Brasil 1839) (7)
- Emílio de Menezes (\*Rio de Janeiro/Brasil 1866) (1)
- Afonso de E. Taunay (\*Nossa Senhora do Desterro/Brasil 1876) (1)

Note-se que, sem uma única exceção, todas as ocorrências dos séculos XVIII e XIX da conjunção *caso* presentes no *CdP* provêm de textos escritos por brasileiros nascidos no Brasil<sup>25</sup>. Assim, parece razoável presumir que a conjunção *caso* é um fenómeno de origem brasileira, de onde, no final do século XIX, se espalha para o PE<sup>26</sup>. É importante, contudo, salientar que isto

proporções discordantes observadas para a conjunção *caso* serem um efeito de um design defeituoso do *corpus*. Note-se também que para o PB analisámos apenas cada sétima ocorrência de <caso>, ao passo que para o PE foi analisada cada sexta ocorrência. Isto significa que, na realidade, a desproporção é ainda maior.

<sup>25</sup> Mesmo apesar de o *CdP* apresentar uma preferência quantitativa em relação ao PB para os séculos XVIII e XIX, o volume de dados do PE é ainda considerável.

<sup>26</sup> Num outro *corpus* (*Tycho Brahe*), encontramos uma ocorrência da conjunção *caso* do autor português do final do século XIX (Eça de Queiroz, ocorrência de 1891). A possibilidade que o PB tenha induzido alterações no PE tem sido até agora só marginalmente proposta na melhor das hipóteses, quanto mais sistematicamente explorada. Uma exceção de que temos conhecimento é a estratégia do pronome resumptivo em orações relativas com o abandono

não se aplica a *caso que*, o presumível antecessor direto da conjunção. Esta última está documentada sobretudo em PE, e só uma ocorrência tem origem no brasileiro de nascença *Alexandre de Gusmão*<sup>27</sup>.

Há também diferenças qualitativas que favorecem a assunção de que *caso* é uma inovação brasileira. Ao olharmos para a coluna PB na Tabela 6, salta imediatamente à vista a existência de certificações com tempos verbais diferentes do presente ou do pretérito imperfeito conjuntivo em PB. O exemplo (19) ilustra uma das duas certificações do PB com um verbo no futuro do conjuntivo<sup>28</sup>:

(19PB) *caso a corrente estiver saindo da tela do computador, o campo magnético estará no sentido anti-horário.*  
(Lei de Ampère, século XX)

da preposição como no exemplo *O prédio que o Paulo vive (o/nele) está a ser restaurado*, usado em vez do prescritivo *O prédio em que o Paulo vive está a ser restaurado*, descrito ao detalhe em Veloso (2013: 2127–2133). Relativamente ao tipo de construção não canónica, certificada quer em PB, quer em PE, Peres e Mória (1995: 288–297), de onde provêm os exemplos anteriores, considera possível a influência do PB no PE. Esta possível influência do PB para a conjunção *caso* não pode ser presumida para *caso contrário*, uma locução adverbial que, de acordo com o *CdP*, emerge simultaneamente no PB e PE do século XX.

<sup>27</sup> O facto de esta ser a única ocorrência de um autor brasileiro (que, além disso, se mudou para Portugal aos 23 anos de idade) é algo problemático para o *continuum* proposto *caso que* > *caso*. Se esta última fosse uma inovação brasileira, esperaríamos que houvesse mais ocorrências brasileiras de *caso que*. No entanto, acreditamos tratar-se de um efeito do design do *corpus*: *caso que* era relativamente frequente (embora ainda um padrão menor) apenas no século XVI (nove ocorrências), com apenas cinco ocorrências posteriores (duas do século XVII e três do século XVIII). Mas o factor crucial é que, para o século XVI, o *CdP* quase não inclui textos do Brasil (os primeiros exploradores portugueses chegaram ao Brasil em 1500).

<sup>28</sup> Um uso explicitamente censurado por gramáticas normativas publicadas no Brasil (cf. e.g. Mendes de Almeida 1978, 565: «*Caso*, quando equivalente ao *se* condicional, repele o futuro: “*Caso eu possa*” (e não “*caso eu puder*”)). Uma exploração preliminar do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (<http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpcf16/>) mostrou que *caso* + futuro do conjuntivo também está documentado no português de Macau, de Moçambique, de Angola, e de Cabo Verde. Nesta última variedade parece ser mais frequente (9/50 casos; 18%), ao passo que os dados do português de Macau (2/69; 2,9%), de Moçambique (3/55; 5,5%), e de Angola (10/primeiras 200 ocorrências; 5%) revelam percentagens inferiores, mas ainda consideráveis. Não se encontraram exemplos de futuro do conjuntivo para as restantes variedades de português não PB/PE (marginalmente) contidas no *corpus*. Mesmo apesar de não estar documentada no *CdP*, a possibilidade de se usar um futuro do conjuntivo depois de uma conjunção *caso* mostra ter-se também difundido lentamente no PE. Isto é sugerido por um olhar preliminar à Secção de PE do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, que contém muitos mais dados do que o *CdP* e onde se podem encontrar casos muito esporádicos de *caso* + futuro do conjuntivo.

Assim, os dados do *CdP* sugerem que a gramaticalização de *caso* encontra-se em fase mais avançada no PB do que no PE, na medida em que as restrições combinatórias são agora apenas determinadas pelo modo e já não pelo tempo. Acreditamos que isto se deve ao facto de a conjunção *caso* ser mais antiga em PB do que em PE. Viramo-nos agora para o terceiro aspeto a ser discutido nesta Secção: a ancoragem da conjunção *caso* no *continuum* da distância comunicativa–imediatez.

### 3.3. A conjunção condicional *caso* e a sua extensão para a imediatez comunicativa

Na Secção 2, sugerimos que, em comparação com o coexistente preposicional *em caso que* e *no caso que*, *caso que* era a escolha mais adequada em situações mais próximas do pólo da imediatez comunicativa. Um olhar mais atento aos exemplos dos séculos XVIII e XIX para *caso*, todos eles do Brasil, dá fundamento à ideia de que isto continua a ser assim para a conjunção *caso* em PB – provavelmente o sucessor direto de *caso que*. A conjunção *caso* (18) do século XVIII surge numa carta e todas as ocorrências do século XIX, apesar de literárias, surgem em romances-diário ou prosa romântica/naturalista, muitas vezes publicados sequencialmente em jornais (Port. *folhetins*). É claro que continuam a ser dados escritos e, às vezes, altamente elaborados, mas é comumente aceite que prosa deste tipo não é uma TD prototípica da distância comunicativa. Para além disso, uma parte considerável dos dados do PB do século XIX de romances surge em trechos dialógicos (“oralidade construída”) e, assim, sem dúvida muito diferente dos exemplos altamente formais e relativos à distância dados para *em caso que* e *no caso que* na Secção 2. Compare-se o seguinte exemplo da conjunção *caso* do PB do século XIX:

(20PB) *Então não há meio de chegarmos a um acordo...- Vinte! – E, caso esteja eu pelos vinte, posso contar que...?*

(Aluísio Azevedo, *O Cortiço*, 1890)

Quanto ao PB do século XX, a conjunção *caso* é frequente em contextos de distância comunicativa<sup>29</sup>, mas, fundamentalmente, continua a caminhar no sentido de domínios de imediatez comunicativa (cf. e.g., (3), similar ao mais antigo (20)). Considere-se a seguinte ocorrência:

(21PB) *uhn um gosta mais de limpar outro gosta mais de passar outro gosta mais de lavar escuta **caso** você morasse numa casa -e- pra que você dormisse sossegada que profissional você colocaria- pra -pra sua proteção?*

(orBr-LF-SP-3:251, século XX)

Dado que em PE, a conjunção *caso* é um desenvolvimento tardio e provavelmente influenciado pelo PB, é de esperar que ocorrências de contextos de extrema imediatez não se encontrem tão prontamente em PE. Esta previsão é, de facto, confirmada. Em 58 certificações, 35 são de artigos de jornal, e 16 surgem em textos académicos. Damos a seguir um exemplo de um texto jornalístico altamente elaborado em PE:

(22PE) *davam como ponto assente a possibilidade de realinhamento do sistema a pedido das novas autoridades britânicas **caso se verificasse** uma vitória trabalhista.*

(PUBLICO:5959:SEC:eco, 1992)

Apesar de o volume de dados do PE aparentemente relacionados com imediatez no *CdP* ser similar ao do PB, as sete ocorrências em PE de prosa literária e contextos orais exemplificados em (23) e (24), respetivamente, são também indicativos de situações de distância comunicativa (cf. a forma mesoclítica *manter-se-á* e o pronome relativo *cujo*, elementos claramente desfavorecidos em contextos de imediatez):

<sup>29</sup> De facto, a maioria dos casos do PB do século XX do *CdP* são de textos académicos ou de artigos formais de jornais. Não sabemos se isto também era possível no século XIX, visto que para este período o *CdP* contém apenas prosa literária. Agradecemos a um revisor anónimo por indicar adicionalmente que o condicional *caso* é também muito frequente no *corpus* do *CETEMPublico* – um *corpus* que contém exclusivamente textos jornalísticos – corroborando assim as tendências observáveis no *CdP*.

(23PE) JN: *Garante que, caso não ganhe as eleições, manter-se-á como vereador até ao fim do mandato?*

CA: *O que está dito, está dito.*

(Oral, *Entrevista com Carlos Azeredo em Jornal de Notícias*, 1997)

(24PE) *só se podia livrar do trabalho depois de um ano de internato (...) a não ser por doença grave, (...) caso os braços não pudessem de todo voltar a manejar a picareta (...).*

(Prosa literária, *Terra Morta*, Castro Soromenho, 1949)

É só ao examinar outros *corpora* que se pode muito esporadicamente encontrar exemplos de PE situados mais perto do pólo da imediatez. Poder-se-ia dizer que os exemplos (25) e (26), os dois únicos exemplos do *corpus Cordial-Sin*, são similarmente *imediatos* como as ocorrências de PB comentadas anteriormente<sup>30</sup>:

(25PE) *... não tenbo mais que explicar à senhora. (...) Usamos também uma faca lá adiante, em caso de emergência, para cortar. E (...) uma machadinha. caso se parta (...) o mastro (...) do bote, fazer (...) um pé para botar no seu lugar.*

(Cordial-Sin, *Entrevista em Bandeiras, Açores*, 1979)

(26 PE) *Caso esteja muito frio, amorna-se um bocadinho põe-se o coalho, espera-se ali uma hora, conforme o tempo e a quantidade de leite que for*

(Cordial-Sin, *Entrevista em Unhais da Serra*, 1997)

Fundamentalmente, o diferente estatuto diassistémico da conjunção *caso* em PB e PE agora discutido não se tornaria nada claro se examinássemos simples e superficialmente os números: a seguinte Tabela apresenta todas as ocorrências da conjunção *caso* dos séculos XIX e XX de acordo com os quatro "registos" cobertos pelo *CdP*. Ao separamos as ocorrências de PB e PE, a perspetiva quantitativa só por si poderia até provocar uma interpretação

<sup>30</sup> *Cordial-Sin* é um *corpus* oral, dialetal. É composto por gravações de conversas espontâneas. É preciso ter-se em consideração, no entanto, que os dados foram obtidos em cenários um pouco mais formais e distantes (presença do entrevistador, dispositivos de gravação, etc.). Não é de excluir que isto possa ter favorecido o uso de *caso* em vez do mais informal *se*.

contrária à conclusão aqui apresentada: os dados do PE do *CdP* contêm uma percentagem ligeiramente superior de certificações orais, o que poderia ser considerado erradamente como prova de que o PE é a variante na qual a conjunção *caso* avançou mais no sentido da imediatez comunicativa:

Tabela 7 – *Caso*<sub>CONJ</sub> dos séculos XIX e XX no *CdP* de acordo com o registo, PE vs PB

	Oral	Ficção Literária	Jornais	Académico
PE	4 (6,9%)	3 (5,1%)	35 (60,3%)	16 (27,6%)
PB	6 (4,8%)	19 (15,1%)	61 (48,4%)	40 (31,8%)

Assim, só ao inspecionarmos cuidadosamente as ocorrências é que podemos traçar um retrato fiável de como os itens linguísticos funcionam num diassistema. Contrariamente ao que parece ser o pressuposto subjacente a muita da recente investigação (quantitativa) no âmbito da linguística de *corpus* é uma falácia acreditar que grandes quantidades de dados são por si só suficientes para garantir uma abordagem integral a fenómenos como o que se discute neste artigo.

A Figura 6 resume as descobertas da Secção 2 e 3:

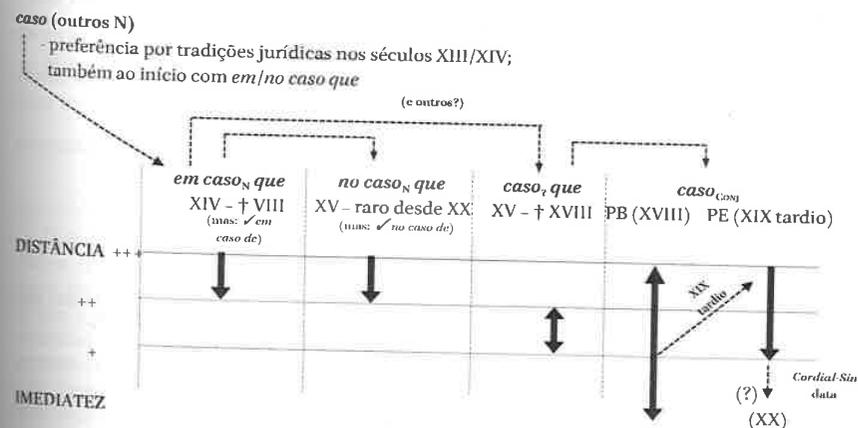


Figura 6 – Construções condicionais com *caso* na história do português: interação com o *continuum* da distância comunicativa/imediatez e tradições discursivas

#### 4. *Acaso*

Antes de chegarmos às conclusões deste estudo, gostaríamos de acrescentar algumas palavras sobre outros desenvolvimentos relacionados com o Lat. CASUS nas línguas românicas. A semântica algo abstrata do Lat. CADERE ‘cair’ e o seu participípio passado CASUS>*caso* (ver 2.1.) abre um vasto campo para possíveis evoluções lexicais e gramaticais, como podemos ver se explorarmos alguns conceitos listados pelo REW. No léxico, CASUS pode dar lugar a conceitos como *caso*, *coincidência*, *ventura*, *maçã que cai*, *cascata*, *nevoeiro noturno*, *herança*, *matadouro*, *epilético*, etc., todos eles relacionados com a ideia mais geral de algo imprevisto. Uma tarefa interessante (que nos afastaria demasiado do presente contexto) seria também descrever a emergência e evolução semântica e formal de unidades idiomáticas, como esp. *hacer caso* ‘prestar atenção’, em várias línguas românicas. Quanto à gramática, como vimos, em português, a ideia geral associada a *caso* permite a sua gramaticalização como conjunção exprimindo condicionalidade, resultando para além disso em lexemas como o adjetivo *casual* ou o nome *casualidade*.

Em português moderno, encontramos também o caso interessante da forma *acaso* (< preposição *a* + *caso*), que, por um lado, é um nome a significar ‘coincidência’, ‘fado’ ‘destino’, (como em (27)) e, por outro, é um advérbio referente à possibilidade de algo acontecer – “pode”, “talvez”, como em (28)<sup>31</sup>. Além disso, *acaso* também aparece em perguntas com ou sem negação explícita marcada em construções como (29) ou (30). Nestes casos, *acaso* torna-se, como afirmam gramáticos portugueses, um “marcador para perguntas retóricas” (Martins, 2013: 2273).

(27) *Quis o acaso que eu tornasse a ver aquela mulher no teatro.*

(Irene Lisboa, *O Pouco e o Muito: Crónica Urbana*, 1956)

(28) *Estou à disposição dos senhores para responder às indagações e dúvidas que, acaso, me queiram dirigir e expor.*

(Luiz Beltrão, *A Greve dos Desempregados*, 1984)

<sup>31</sup> Como já mencionado na nota de rodapé 8, a partir do século XV, encontramos também construções frequentes como *per /por caso*, *se caso*, *a caso*, com um significado similar.

(29) *Acaso me ouviste reclamar?*

(Martins, 2013: 2273)

(30) *Acaso não há formosura senão em Portugal, senhor Cavalheiro? – Me dizia a condessa de Laval*

(Cavaleiro de Oliveira, *Cartas*, 1756)

Esta função, que é também característica da anterior forma espanhola análoga *acaso*, pode ser encontrada a partir do século XVII. Aqui, *acaso* torna-se uma partícula com uma função modalizante, referente ao (presumido) conhecimento do ouvinte do propósito da enunciação: antecipa a resposta negativa do ouvinte à questão enquanto procura a solidariedade do ouvinte com o falante. Ao mesmo tempo, no entanto, o modalizante *acaso* dá-nos uma “margem para o interlocutor discordar e negociar” (Meisnitzer, 2012: 346)<sup>32</sup>.

Devido à sua função de avaliação ativa da (pressuposta) atitude do ouvinte perante o propósito da enunciação, o modalizante *acaso* é típico dos diálogos. No entanto, não está marcado como informal ou imediato e pode ser encontrado em textos elaborados bem como num discurso mais espontâneo.

#### 5. “Encerramento do *Caso*”: gramaticalização, distância/imediatez e tradições discursivas

Mostrámos como o Lat. CASUS> Port. *caso* passa por uma série de evoluções na história do português; *caso* como nome torna-se parte de construções preposicionais que expressam condição, *caso* como conjunção torna-se ele-

<sup>32</sup> Poder-se-ia negar por razões sintáticas que entidades como as partículas modais podem existir em línguas que não sejam V2 em casos em que as partículas não seguem o verbo. Se deixarmos de parte critérios puramente sintáticos, não há dúvidas, no entanto, de que a realização cognitiva de partículas modais pode também alcançar-se em línguas românicas. Os meios linguísticos para o fazer são variados, e alguns, embora não todos, são partículas (cf. Waltereit, 2006; para uma discussão de possíveis partículas modais românicas e do critério sintático, cf. Secção 2 e 3 in Gerards/Meisnitzer, 2017). Curiosamente, uma fonte importante para tais partículas no ibero-românico é a *insubordinação* (Evans, 2007), e uma partícula prototípica com uma função modalizante criada por *insubordinação* é o *si* (para espanhol, ver Gras Manzano, 2010). Isto não parece ser coincidência, se virmos as nossas hipóteses relativas à relação entre *caso* e *si* em 3.1.

mento gramaticalizado para subordinação condicional, *acaso* como advérbio torna-se nome e partícula com função modalizante. As evoluções observadas permitem algumas conclusões de caráter semântico e construcional bem como de caráter mais geral relativamente à relação entre gramaticalização, distância comunicativa–imediatez e TD.

Semanticamente, CASUS e os seus modernos sucessores evoluem ao longo de dois caminhos em português (e, em parte, noutras línguas). Como numa série de outras línguas, CASUS ‘evento’ ou ‘evento jurídico’ entra em construções preposicionais com *em*, onde a referência a futuros eventos é hipotética e assim acompanhada pelo significado mais abstrato de hipótese ou condicionalidade. A habitualização deste significado secundário faz com que se torne o significado primário de tais construções. O segundo caminho torna-se manifesto em construções com *a*, onde *caso* originalmente se refere a uma determinada situação e depois a um evento possível, casual, resultando no significado ‘talvez’. Dá-se um passo em frente assim que *acaso* se torna marcador de perguntas retóricas, ou seja, indicador de um “sentido secundário” da enunciação. Com esta última função, é possível argumentar que se se gramaticalizou formando uma partícula modal (ou partícula com função modalizante, dependendo da importância atribuída a critérios sintáticos) expressando um determinado tipo de modalidade epistémica interpessoal.

Sintática ou construcionalmente, *caso* em construções preposicionais como *em caso que / no caso que* emerge em textos medievais. Em português, estas construções passam por um processo de redução construcional como se vê na Figura 6 (*em caso que / no caso que > caso que > caso*). A redução formal é também acompanhada por uma redução da flexibilidade do meio gramatical da construção. Quanto a *acaso*, esta forma é o produto da fusão duma preposição e dum nome. Como advérbio, é bastante flexível relativamente à linearização e torna-se habitual sobretudo em duas construções concretas, *por acaso* e o simples *acaso* paralelamente com o recém-criado nome *acaso*.

Se examinarmos os itens observados e a sua relação com determinadas TD e a sua ancoragem no *continuum* da distância comunicativa–imediatez, podemos ver três evoluções: em primeiro lugar, o lexema espanhol e português *caso* (jurídico) surge inicialmente em tradições de distância comunicativa e particularmente em TD jurídicas. Aqui, entra então em construções

preposicionais expressando condicionalidade. Estas são ainda indicativas de tradições formais de distância comunicativa, mas cedo deixam de estar limitadas estritamente a TD jurídicas. Presumivelmente, isto também pode ser observado em outras línguas como o francês ou o inglês.

O segundo cenário é uma evolução posterior: em português, e especialmente na variedade do Brasil, a redução da construção preposicional e a sua transformação em simples conjunção vai de mãos dadas com a sua extensão a TD já não marcadas como [+distante]. O terceiro caso, *acaso*, com ou sem função modalizante, abre o seu caminho em textos de distância e imediatez semelhantes.

Em termos mais gerais, isto significa que a gramaticalização está intimamente relacionada com as TD e o *continuum* da distância comunicativa–imediatez. Os processos de gramaticalização podem ter origem na *expressividade* de TD orais e imediatas e, a partir daí, difundir-se para outras mais distantes (Mair, 1992; Koch /Oesterreicher, 1996; Kabatek, 2012):

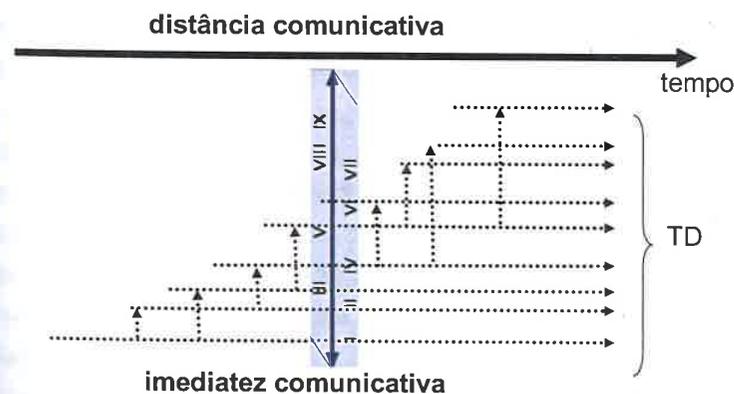


Figura 7 – Gramaticalização e tradições discursivas: da imediatez à distância

Como vimos, no entanto, a direção oposta é também possível, nomeadamente a emergência de inovações em determinadas TD marcadas como [+distante] e o seu subsequente alargamento em direção à imediatez:

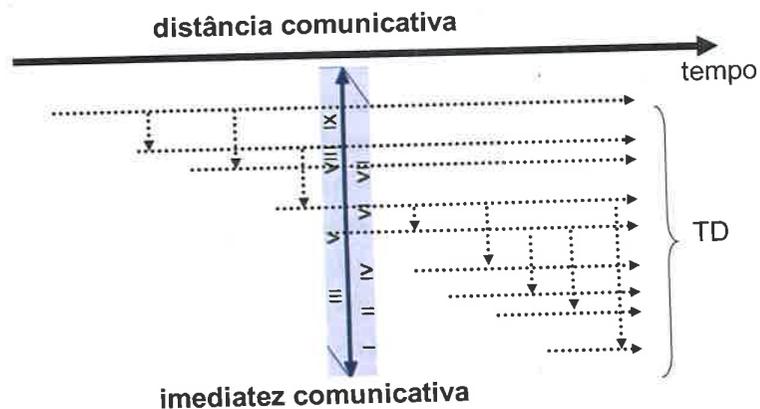


Figura 8 – Gramaticalização e tradições discursivas: da distância à imediatez

Em ambos os casos, a difusão para um espectro comunicativo mais amplo é um correlato de gramaticalização, pelo que poderíamos afirmar que *um parâmetro não tradicionalmente incluído na pesquisa da gramaticalização é o alargamento do âmbito comunicativo no continuum entre distância comunicativa e imediatez*: quanto mais gramaticalizado se torna um elemento, maior o alcance das TD onde o elemento pode ser encontrado.

Há outros cenários também possíveis, por exemplo, quando o alargamento inicial do âmbito comunicativo é seguido por uma redução posterior. Um exemplo seria a partícula de negação *pas* em catalão: em oposição ao francês, onde *pas* se tornou quase o marcador exclusivo de negação na língua contemporânea falada, o catalão *pas*, com uma origem similar na imediatez comunicativa, tornou-se mais e mais arcaico e é hoje em dia (além de usos dialetais) um elemento de TD formais, geralmente escritas, de distância comunicativa, conforme esquematizado na Figura 9.

Estas esquematizações são apenas abstrações que visam ilustrar princípios e tendências. Como se depreende do caso português aqui apresentado, a reconstrução de uma determinada evolução só pode ter lugar através de uma pesquisa detalhada de *corpus* (incluindo investigações detalhadas em casos singulares) com uma clara diferenciação de TD e sua ancoragem no *continuum* imediatez–distância.

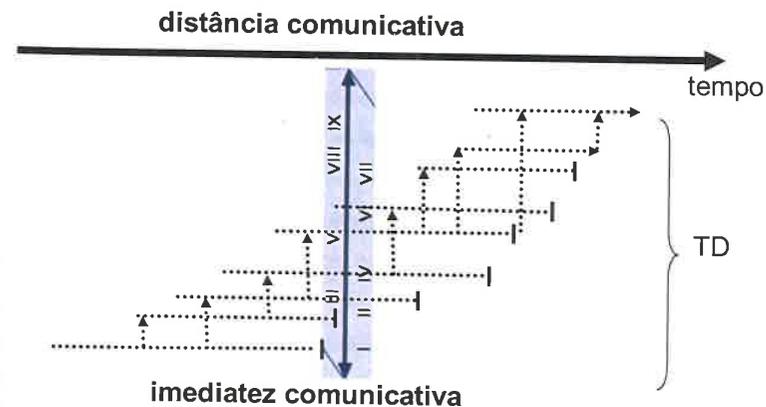


Figura 9 – Gramaticalização e tradições discursivas: emergência e perda entre imediatez e distância

A partir do momento em que aceitamos as duas possíveis fontes de processos de gramaticalização e a importância das TD, podemos avançar e perguntar se qualquer item gramatical pode teoricamente emergir na distância ou imediatez comunicativas e em qualquer TD ou se existem processos de gramaticalização que, seja qual for a razão, começam tipicamente em (determinadas TD de) imediatez, ao passo que outros o fazem preferencialmente em (determinadas TD de) distância. Isto é, com certeza, uma vasta questão tipológica que não pode ser resolvida aqui. Um ponto inicial, promissor, apesar de provisório, seria olhar para certas TD claramente situadas nos dois extremos do *continuum* da distância comunicativa–imediatez e procurar elementos gramaticais que pudessem assumir-se como tendo uma forte ligação ao propósito comunicativo da respetiva TD. Em ibero-românico, por exemplo, certos subordinadores bem como certas partículas discursivas podem originalmente ser associadas ao pólo da distância e, mais precisamente, a TD jurídicas medievais (cf. Kabatek, 2005<sup>a</sup>: 155–158; Pons Bordería, 2008). Outros aspetos da gramática como, por exemplo, tempos verbais perifrásticos contendo os outrora verbos de movimento ou verbos de posse estão claramente associados a diferentes TD de imediatez. É claro que estas são apenas observações isoladas que carecem de estudos tipológicos exaustivos. Esperamos que as nossas observações sejam consideradas como um convite para seguir este caminho.

## Referências bibliográficas

### Corpora

- CdP = Mark Davies/Michael Ferreira, *Corpus do Português*. <http://www.corpusdoportugues.org>.
- CetemPublico = <http://www.linguateca.pt/cetempublico/>.
- ROCHA, Paulo/Diana Santos: "CETEMPúblico: Um corpus de grandes dimensões de linguagem jornalística portuguesa". In Maria das Graças Volpe Nunes (ed.), *Actas do V Encontro para o processamento computacional da língua portuguesa escrita e falada (PROPOR'2000)*. São Paulo: Atibaia, 131-140.
- Cordial-Sin = Ana Maria Martins (coord.). *CORDIAL-SIN: Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*. Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. [<http://www.clul.ul.pt/en/resources/411-cordial-corpus>, [2000- ] 2010].
- CRPC = *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (versão 2.0, 2010). [<http://www.clul.ulisboa.pt/en/10-research/713-crpc-reference-corpus-of-contemporary-portuguese>].
- ptTenTen11 = *PortugueseWeb 2011by Heritrix*. [<https://the.sketchengine.co.uk/auth/corpora/>].
- TychoBrahe = Charlotte Galves/Pablo Faria (2010): *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. [<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>].

### Literatura

- ABRAHAM, Werner (2009): "Die Urmasse von Modalität und ihre Ausgliederung. Modalität anhand von Modalverben, Modalpartikeln und Modus. Was ist das Gemeinsame, was das Trennende, und was steckt dahinter?". In Werner Abraham/Elisabeth Leiss (eds.), *Modalität – Epistemik und Evidentialität bei Modalverben, Adverbialpartikeln und Modus*. Tübingen: Stauffenburg, 251-302.
- ATANASOV, Petar (2009): *Meglenoromâna astăzi*. Bucarest: Academiei Române.
- BAGNO, Marcos (2012): *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- BECHARA, Evanildo (2009<sup>37</sup>): *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- CANO AGUILAR, Rafael (2014): "Oraciones condicionales". In Concepción Company Company (ed.), *Tercera parte: Preposiciones, adverbios y conjunciones. Relaciones*

- interoracionales*, vol. 3 de *Sintaxis histórica de la lengua española*. Cidade do México: UNAM/Fondo de Cultura Económica, 3905-4092.
- CODITA, Viorica (2017): *La conformación y el uso de las locuciones prepositivas en castellano medieval*. Frankfurt a.M./Madrid: Vervuert-Iberoamericana.
- COLELLA, Gianluca (2010): *Costrutti condizionali in italiano antico*. Rome: Aracne.
- COSERIU, Eugenio (1985): "Linguistic Competence: What is it Really? The Presidential Address of the Modern Humanities Research Association", *The Modern Language Review* 80, XXV-XXXV.
- CUNHA, Celso/Luís F. Lindley Cintra (1984): *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa, Sá da Costa.
- DE BENITO MORENO, Carlota/Ana Estrada Arráez (2016): "Variación en las redes sociales: datos twilectales", *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, 28, 77-113.
- DE VAAN, Michiel (2008): *Etymological Dictionary of Latin and the Other Italic Languages*. Leiden, Brill.
- DUNN, Joseph (1928): *A Grammar of the Portuguese language*. Washington, D.C.: N.N.
- ERNOUT, Alfred/Antoine Meillet (1959<sup>4</sup>): *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck.
- EVANS, Nicholas (2007): "Insubordination and its Uses". In Irina Nikolaeva (ed.), *Finality: Theoretical and Empirical Foundations*. Oxford: Oxford University Press, 366-431.
- GERARDS, David P./Benjamin L. Meisnitzer (2017): "Überlegungen zur Vermittlung von Modalpartikeln im Fremdsprachenunterricht. Drei Beispiele aus dem Spanischen, Französischen und Italienischen". In Daniel Reimann/Christoph Bürgel (eds.), *Zur Ökonomie des Fremdsprachenlernens: sprachliche Mittel revisited*. Tübingen: Narr, 329-360.
- GRAS MANZANO, Pedro (2010): *Gramática de construcciones en interacción. Propuesta de un modelo y aplicación al análisis de estructuras independientes con marcas de subordinación*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Barcelona.
- HERRERO RUIZ DE LOIZAGA, Francisco J. (2014): "La conjunción *que*. La complejización del sistema de subordinación." In Concepción Company Company (ed.), *Tercera parte: Preposiciones, adverbios y conjunciones. Relaciones interoracionales*, vol. 3 de *Sintaxis histórica de la lengua española*. Cidade do México: UNAM/Fondo de Cultura Económica, 2791-2970.

- HIMMELMANN, Nikolaus (1997): *Deiktikon, Artikel, Nominalphrase: zur Emergenz syntaktischer Struktur*. Tübingen: Niemeyer.
- HUNDERTMARK-SANTOS MARTINS, Maria T. (2014<sup>3</sup>): *Portugiesische Grammatik*. Berlin/New York: De Gruyter.
- KABATEK, Johannes (2002): "Gibt es einen Grammatikalisierungszyklus des Artikels in der Romania?", *Romanistisches Jahrbuch*, 53, 56–80.
- KABATEK, Johannes (2005<sup>a</sup>): *Die Bolognesische Renaissance und der Ausbau romanischer Sprachen: Juristische Diskurstraditionen und Sprachentwicklung in Südfrankreich und Spanien im 12. und 13. Jahrhundert*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- KABATEK, Johannes (2005<sup>b</sup>): "Tradiciones discursivas y cambio lingüístico", *Lexis*, 29, 2, 151–177.
- KABATEK, Johannes (2012): "Nuevos rumbos de la sintaxis histórica del español". In *Actas del VIII Congreso de la AHLE*. Santiago de Compostela: AHLE/Meubook, 77–100.
- KABATEK, Johannes (2013): "¿Es posible una lingüística histórica basada en un corpus representativo?", *Iberoromania*, 77, 8–28.
- KABATEK, Johannes (ed.) (2008): *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Frankfurt a. M./Madrid: Vervuert-Iberoamericana.
- KLUGE, Friedrich (2002<sup>24</sup>): *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. With expansions, editado por Elmar Seebold. Berlin/New York: De Gruyter.
- KOCH, Peter (1987): "Distanz im Dictamen. Zur Schriftlichkeit und Pragmatik mittelalterlicher Brief- und Redemodelle in Italien". Habilitation thesis, University of Freiburg/Breisgau.
- KOCH, Peter (1997): "Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik". In Barbara Frank/Thomas Haye/Doris Tophinke (eds.), *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 43–79.
- KOCH, Peter (2008): "Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento *vuestra merced* en español". In Johannes Kabatek (ed.), *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Frankfurt a. M./Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 53–87.

- KOCH, Peter/Wulf Oesterreicher (1985): "Sprache der Nähe – Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte", *Romanistisches Jahrbuch*, 36, 15–43.
- KOCH, Peter/Wulf Oesterreicher (1996): "Sprachwandel und expressive Mündlichkeit", *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, 10, 64–96.
- KOCH, Peter/Wulf Oesterreicher (2010<sup>2</sup>): *Gesprochene Sprache in der Romania. Französisch, Italienisch, Spanisch*. Berlin/New York: de Gruyter.
- KOVAČEC, August (1971): *Descrierea istroromânei actuale*. Bucharest: Academiei Republicii Socialiste România.
- LABOV, William (1994): *Principles of Linguistic Change*, vol.1 (*Internal Factors*). Oxford: Blackwell.
- LEHMANN, Christian (2015<sup>3</sup>): *Thoughts on Grammaticalization*. Berlin: Language Science Press.
- LOBO, Maria (2013): "Subordinação adverbial." In Eduardo B. Paiva Raposo *et al.*, *Gramática do português* (orgs.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981–2057.
- LYONS, Christopher (1999): *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAIR, Walter N. (1992): *Expressivität und Sprachwandel: Studien zur Rolle der Subjektivität in der Entwicklung der romanischen Sprachen*. Frankfurt a. M.: Peter Lang.
- MARTINS, Ana M. (2013): "Posição dos pronomes pessoais clíticos." In Eduardo B. Paiva Raposo *et al.* (orgs.). *Gramática do português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2229–2302.
- MATRAS, Yaron (2009): *Language Contact*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEISNITZER, Benjamin L. (2012): "Modality in the Romance Languages: Modal Verbs and Modal Particles". In Werner Abraham/Elisabeth Leiss (eds.), *Modality and Theory of Mind Elements across Languages*. De Gruyter, 335–359.
- MENDES DE ALMEIDA, Napoleão (1978<sup>27</sup>): *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- MIRA MATEUS, M. H. et al. (2003<sup>7</sup>): *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- OCTAVIO DE TOLEDO/ÁLVARO S. HUERTA (2014): "Entre gramaticalización, estructura informativa y tradiciones discursivas: algo más sobre *nada*". In José Luis Girón Alconchel/Daniel Sáez Rivera (eds.), *Procesos de gramaticalización en la historia del español*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 263–319.
- PAPAHAGI, Tache (1974<sup>2</sup>): *Dicționarul dialectului aromân general și etimologic*. Bucharest: Editura Academiei Republicii Socialiste România.

- PASCU, Gorge (1925): *Dictionnaire étymologique macédonroumain*. Iași: Cultura Natională.
- PERES, João/Telmo Mória (1995): *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- PONS BORDERÍA, Salvador (2008): "Gramaticalización por tradiciones discursivas: el caso de *esto es*". In Johannes Kabatek (ed.), *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 249–274.
- REW = Meyer-Lübke, Wilhelm (1935<sup>3</sup>): *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg: Winter.
- SHW= Maurer, Friedrich (1969-1972): *Südbessisches Wörterbuch. Band II: E-G*. Continued by Rudolf Mulch. Marburg: Elwert Verlag.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1983): *Traditionen des Sprechens, Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*. Stuttgart: Kohlhammer.
- SÖLL, Ludwig (1974) *Gesprochenes und geschriebenes Französisch*. Berlin: Schmidt.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs (1985): "Conditional Markers" . In John Haiman (ed.), *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 289–310.
- VELOSO, Rita (2013): "Subordinação relativa." In Eduardo B. Paiva Raposo *et al.* (orgs.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2059–2134.
- WALL, Albert (2014): "The Role of Grammaticality Judgments within an Integral Approach to Brazilian Portuguese Bare Nominals". In Barbara Hemforth/Barbara Schmiedtová/Catherine Fabricius-Hansen (eds.), *Psycholinguistic Approaches to Meaning and Understanding across Language*. Cham: Springer, 143–173.
- WALTEREIT, Richard (2006): *Abtönung: zur Pragmatik und historischen Semantik von Modalpartikeln und ihren funktionalen Äquivalenten in romanischen Sprachen*. Tübingen: Niemeyer.
- WINTER-FROEMEL, Esme (2014): "Re(de)fining Grammaticalization from a Usage-Based Perspective: Discursive Ambiguity in Innovation Scenarios", *Folia Linguistica*, 48, 2, 503–556.

## SECÇÃO II